



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

The Big Brother Experience: oportunidades e ameaças de um sistema de videovigilância no concelho da Amadora

Gonçalo Brito Cardoso

Mestrado em Gestão de Sistemas de Informação

Orientador(es):

Doutor Bráulio Alexandre Barreira Alturas, Professor
Associado,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Caterina Foà, Professora Auxiliar Convidada,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Ciências e Tecnologias da Informação

The Big Brother Experience: oportunidades e ameaças de um sistema de videovigilância no concelho da Amadora

Gonçalo Brito Cardoso

Mestrado em Gestão de Sistemas de Informação

Orientador(es):

Doutor Bráulio Alexandre Barreira Alturas, Professor
Associado,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Caterina Foà, Professora Auxiliar Convidada,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022

Direitos de cópia ou Copyright
©Copyright: Gonçalo Brito Cardoso

O Iscte - Instituto Universitário de Lisboa tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus orientadores, o professor Bráulio Alturas e a professora Caterina Foà, os seus *insights*, ideias, conhecimento e experiência, ajudaram-me a pegar naquilo que era apenas uma vaga ideia e traçar um caminho a percorrer.

Em segundo à minha namorada, Mariana, uma aluna brilhante e uma pessoa ainda mais espetacular que todos os dias me inspira a fazer mais e melhor. Sem a tua motivação e ajuda este caminho não teria sido possível de realizar.

Em terceiro, ao meu grupo dos 5K, Diogo, Edgar e Maria, percorremos grande parte deste caminho juntos, todos vocês marcaram o meu percurso de uma forma ou de outra. Saibam que foram diversas as vezes que me inspiraram e motivaram a seguir em frente.

Por fim, agradecer à minha família, sempre me apoiaram e incentivaram a continuar esta jornada para que a concluísse com sucesso.

A todos, o meu sincero obrigado.

Resumo

Quando em 1949 George Orwell escreveu o livro “1984”, ninguém poderia prever o impacto que teria no futuro. No seu romance distópico, Orwell descreveu uma sociedade totalitária fortemente marcada pela vigilância e todas as consequências que dela advêm.

Embora uma sociedade com estas características parecesse uma realidade muito distante ou até mesmo impossível até há relativamente pouco tempo, a verdade é que os avanços tecnológicos dos últimos anos têm suscitado questões pertinentes relativamente à segurança e privacidade, mas também liberdade dos indivíduos. As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) permitiram criar dispositivos de vigilância que começam a ser implementados um pouco por todo o mundo com o objetivo de combater a criminalidade.

Mas até que ponto é que estes sistemas de videovigilância são efetivamente uma ferramenta eficaz no combate à criminalidade e como será que a população reage e o que sente perante este controlo?

Palavras-Chave: Videovigilância, Privacidade, Segurança, Amadora

Abstract

When in 1949 George Orwell wrote the book "1984", no one could predict its future impact. In his dystopian novel, Orwell described a totalitarian society strongly marked by vigilance and all the consequences that come from it.

Although a society with these characteristics might have seemed far away or completely out of the realm of possibility until relatively recently, the truth is, that the latest technological advances have raised pertinent issues related to security and privacy, but also freedom of individuals. This technology has created surveillance devices that are beginning to be implemented around the world with the aim of combating crime.

But to what extent are these video surveillance systems an effective tool in combating crime and how does the population react and how do they feel about this control?

Keywords: Video surveillance, Privacy, Security, Amadora

Índice Geral

Resumo	i
Abstract	ii
Índice Geral	iii
Índice de Figuras	v
Índice de Tabelas	vi
Glossário de Abreviaturas e Siglas	viii
Capítulo 1 – Introdução	1
1.1. Enquadramento do tema	1
1.2. Motivação e relevância do tema	3
1.3. Questões e objetivos de investigação	4
1.4. Abordagem metodológica	5
1.5. Estrutura e organização da dissertação	6
Capítulo 2 – Revisão da Literatura	7
2.1. Videovigilância	7
2.2. Videovigilância pelo mundo	8
2.2.1. Videovigilância pelo mundo	8
2.2.2. Privacidade e Segurança	11
2.2.3. Tecnologia Inovadora	12
2.3. O caso português	13
2.3.1. Contexto histórico	13
2.3.2. O cenário atual	15
2.3.3. Município da Amadora	16
Capítulo 3 – Metodologia	17
3.1. Desenho de investigação	17
3.2. Objetivos de investigação	18
3.3. Hipóteses de investigação	19
3.4. Fontes e métodos de recolha de dados	20
Capítulo 4 – Análise e discussão dos resultados	27
4.1. Análise e discussão dos resultados gerais	28
4.1.1. Caracterização sociodemográfica da amostra	28
4.1.2. Conhecimento sobre o sistema de videovigilância	32
4.1.3. Conhecimento sobre o sistema de videovigilância da Amadora	37
4.1.4. Opinião do inquirido sobre Videovigilância	41
4.1.5. Opinião do inquirido sobre Videovigilância na Amadora	44
4.1.6. Experiência pessoal com CCTV	47

4.2. Análise e discussão dos resultados gerais	49
Capítulo 5 – Conclusões e recomendações	55
5.1. Principais conclusões	55
5.2. Contributos para a comunidade científica e empresarial	57
5.3. Limitações do estudo	58
5.4. Propostas de investigação futura	59
Referências Bibliográficas	61
Anexos	65

Índice de Figuras

Figura 1 - Mercado de Sistema de Videovigilância – Ritmo de Crescimento por Região (2020-2025) Fonte: Mordor Intelligence	8
Figura 2 - Receitas de vendas de câmaras IP nos Estados Unidos, em milhões de US Dólares, 2014-2017 Fonte: Consumer Technology Association (Adaptado de Mordor Intelligence)	9
Figura 3 - As 10 cidades com maior densidade de CCTV a nível mundial Fonte: Surfshark	10
Figura 4 - Percentagem de população que reporta ocorrências de crime, violência e vandalismo na sua área (ano de 2005) Fonte: Pordata	14
Figura 5 - Total de crimes registados pelas forças policiais (2010-2020) Fonte: DGPI/MJ (Adaptado: PORDATA)	16
Figura 6 - Distribuição da amostra de inquiridos por idade	28
Figura 7 - Distribuição género	29
Figura 8 - Distribuição habilitações literárias	29
Figura 9 - Distribuição amostra por situação profissional atual	30
Figura 10 - Distribuição amostra por freguesia	31
Figura 11 - Distribuição respostas à pergunta: “Já observou câmaras deste tipo no espaço público?”	32
Figura 12 - Distribuição respostas à pergunta: “Se sim, sabe qual a sua função?” (referente questão anterior)	33
Figura 13 - Distribuição respostas à pergunta: “Quem acha que tem autorização para armazenar e monitorizar as imagens captadas no espaço público?”	34
Figura 14 - Distribuição respostas à pergunta “Sabe ao fim de quanto tempo as imagens captadas são destruídas?”	34
Figura 15 - Distribuição respostas à pergunta: “Na sua opinião, o que distingue câmaras de videovigilância públicas das privadas?”	36
Figura 16 - Distribuição respostas à pergunta: “Sabe se na freguesia onde mora, existem câmaras deste tipo no espaço público?”	37
Figura 17 - Distribuição respostas à pergunta: “Sabe o número de câmaras de videovigilância públicas, instaladas no concelho da Amadora?”	38
Figura 18 - Distribuição respostas à pergunta: “Como soube da existência destas câmaras de videovigilância no espaço público da Amadora?”	38

Figura 19 - Distribuição respostas à pergunta: “Acredita que as câmaras de videovigilância do concelho da Amadora captam imagens 24 horas por dia, todos os dias?”	39
Figura 20 - Distribuição respostas à pergunta: “Acredita que as imagens captadas através das câmaras de videovigilância do concelho da Amadora são monitorizadas 24 horas por dia, todos os dias?”	39
Figura 21 - Distribuição respostas à pergunta: “As câmaras de videovigilância do concelho da Amadora já foram vandalizadas?”	40
Figura 22 - Distribuição respostas à pergunta: “Para que fins considera que estas câmaras sejam proveitosas?”	41
Figura 23 - Distribuição respostas à pergunta: “Quais os aspetos que considera serem prejudiciais na videovigilância do espaço público?”	42
Figura 24 - Distribuição respostas à pergunta: “Indique qual o seu grau de concordância relativamente à videovigilância do espaço público?”	43
Figura 25 - Distribuição respostas à pergunta: “Qual o seu grau de satisfação com o atual sistema de videovigilância da freguesia em que reside?”	44
Figura 26 - Distribuição respostas à pergunta: “Na sua opinião, o concelho da Amadora devia proceder à instalação de mais câmaras?”	45
Figura 27 - Distribuição respostas à pergunta: “O sistema de videovigilância da Amadora foi instalado em 2017. Desde então, qual considera ser a tendência da taxa de criminalidade na Amadora?”	46
Figura 28 - Distribuição respostas à pergunta: “Mudou algum dos seus comportamentos após a instalação das câmaras de videovigilância?”	47
Figura 29 - Distribuição respostas à pergunta: “Teve oportunidade de vivenciar uma experiência na qual a presença de câmaras de videovigilância pública foi relevante?”	48

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Organização das questões do inquérito por variável e categoria. Fonte: elaboração própria	25
Tabela 2 - Grau de concordância com videovigilância do espaço público relativamente à experiência pessoal na qual câmaras de videovigilância foram relevantes. Fonte: elaboração própria	50
Tabela 3 - Grau de concordância com videovigilância do espaço público relativamente ao grau de concordância com a instalação de mais câmaras. Fonte: elaboração própria	51
Tabela 4 - Grau de satisfação com o atual sistema de videovigilância da freguesia de residência relativamente ao grau de concordância com instalação de mais câmaras. Fonte: elaboração própria	51
Tabela 5 - Mudança no comportamento após instalação de câmaras de videovigilância relativamente ao grau de concordância com videovigilância do espaço público. Fonte: elaboração própria	52

Glossário de Abreviaturas e Siglas

CCTV - Closed Circuit Television

FPS – Frames per second

IOT – Internet of Things

MAI – Ministério da Administração Interna

MP – Megapixels

P.S.P. – Polícia de Segurança Pública

WDR - Wyde Dynamic Range

ZUS – Zonas Urbanas Sensíveis

Capítulo 1 – Introdução

1.1. Enquadramento do tema

A primeira câmara de videovigilância foi instalada em 1942 na Alemanha, mas desde então, muitos outros países apostaram nesta estratégia como uma medida de prevenção ou combate ao crime (Harford, 2020). No ano de 2020 registaram-se cerca de 770 milhões de câmaras CCTV instaladas em todo o mundo e estimou-se que até ao fim do ano de 2021, esse número iria subir para mil milhões de câmaras (Purnell, 2019).

Com o passar dos anos, estas câmaras começaram a ser implementadas de forma massiva em grandes centros urbanos que aglomeram grupos de pessoas dos mais variados estratos sociais. Na verdade, muitos países são conhecidos atualmente pelas suas cidades altamente vigiadas através de sistemas de videovigilância, como é o caso de diferentes localidades na Índia, China ou até mesmo na Inglaterra.

É de notar, no entanto, que apesar de muitas cidades possuírem sistemas de videovigilância e até apresentarem rácios elevados de câmaras por pessoa/habitante ou por quilómetro quadrado, isso não se traduz diretamente numa alta eficácia no combate ao crime (Koop, 2021).

Posto isto, os avanços exponenciais no desenvolvimento tecnológico que se têm observado nos últimos anos, permitiram o aperfeiçoamento de sistemas de videovigilância diferentes daqueles que têm sido utilizados pela vasta maioria dos países até hoje. O conceito de *Smart Surveillance*, ou simplesmente, sistemas inteligentes de vigilância, remete para o uso de tecnologias de visão computacional e de reconhecimento de padrões para analisar informação a partir de sensores posicionados estrategicamente (Chiao-Fe Shu et al., 2005).

análise dos dados gerados por estes sensores podem resultar em eventos de interesse no ambiente em causa. Estes sistemas são agora uma realidade difundida, o que quer dizer que já não existe a necessidade de ter uma equipa humana 24 horas por dia, 7 dias por semana a analisar grandes quantidades de imagens em tempo real. Estes novos sistemas prometem ser capazes de captar e analisar dados biométricos e até mesmo indicar comportamentos suspeitos e detetar ameaças (Chiao-Fe Shu et al., 2005).

No entanto, é preciso ter em conta a crescente preocupação que tem surgido nos últimos anos com as questões ligadas à privacidade dos cidadãos.

A privacidade não só é um dos direitos fundamentais do ser humano, como também desempenha um papel central no exercício de outros direitos e liberdades fundamentais, no equilíbrio de poderes entre o Estado e os cidadãos, para o desenvolvimento democrático, inovação social e económica ou até mesmo para a autonomia individual (Solove, 2008). A privacidade é uma condição prévia que permite a um indivíduo pensar e expressar-se livremente.

No entanto, atualmente a discussão é bastante virada para relação entre privacidade e segurança (Friedewald et al., 2017). A perspectiva mais proeminente é que a segurança vem com um preço, nomeadamente à custa da privacidade. Ou seja, não se pode ter ambos, e estar seguro implica exercer controlo sobre determinada situação. Esse controlo é exercido por terceiros que precisam, portanto, de ter acesso à esfera privada dos cidadãos.

Contudo, este pensamento *trade-off* é, alvo de criticismo (Solove, 2008). Essas críticas apontam para o pressuposto fundamental que parece negar a possibilidade da coexistência entre segurança e privacidade. O pensamento de *trade-off* é enquadrado num discurso que aparentemente rejeita a possibilidade de que a segurança possa ser alcançada sem violação da privacidade (Hundt 2014). Este enquadramento põe em perigo a sociedade democrática, colocando as condições de segurança acima das condições para viver numa sociedade livre e democrática.

1.2. Motivação e relevância do tema

As temáticas da segurança e privacidade nunca foram tão discutidas como atualmente: parece impossível estudar uma sem referir a outra. A segurança constitui um importante direito transversal a qualquer indivíduo, e uma prioridade para qualquer comunidade humana.

Mas quais os custos e riscos da garantia de segurança para uma sociedade contemporânea?

É neste contexto que este estudo se insere sendo motivado por uma curiosidade genuína sobre as possibilidades da tecnologia atual no combate ao crime, por uma preocupação pelas questões de segurança num contexto urbano, mas também uma motivação intrínseca de conhecer a opinião da população sobre a eficácia destes sistemas de videovigilância, bem como as suas preocupações ou a inexistência delas no que respeita às questões mais controversas relativamente à privacidade e à segurança, e se estarão dispostos a abdicar de uma em prol da outra.

1.3. Questões e objetivos de investigação

Esta investigação tem como objetivo contribuir para os avanços do conhecimento no que respeita a temática da implementação de videovigilância pública em Portugal, mais concretamente na região de Lisboa no concelho da Amadora.

Para tal, foi elaborada a seguinte questão central de investigação:

- Qual o nível de conhecimento, aceitação e as preocupações da população residente no concelho da Amadora para com o sistema de videovigilância atualmente implementado?

A pesquisa visa cumprir um conjunto de objetivos relacionado com o propósito geral de analisar e compreender as oportunidades e ameaças de um sistema de videovigilância no concelho de Amadora.

Os objetivos específicos desta investigação são os seguintes:

- Analisar o sistema atual de videovigilância implementado no concelho de Amadora;
- Inquirir uma amostra da população residente e recolher evidências acerca dos seus conhecimentos e perceção e para com o sistema de vigilância implementado;
- Perceber o nível de resistência contra a implementação generalizada de um sistema de videovigilância.

Objetivos secundários:

- Entender as limitações impostas pela lei portuguesa.

1.4. Abordagem metodológica

De forma a atingir os objetivos propostos o estudo apresenta uma revisão e análise da literatura disponível sobre o tema da videovigilância pública não só no contexto português, mas a nível internacional, considerando os países mais relevantes por implementação e estudos realizados.

A revisão de literatura inclui a definição e enquadramento dos principais debates teóricos sobre privacidade e a sua relação com custos, benefícios e com a opinião pública, também uma análise da tecnologia utilizada em Portugal os enquadramentos legais e elementos sobre a gestão do sistema português. Serve como ponto de partida para as seguintes fases da investigação contribuindo para definição teórica dos conceitos de: sistemas inteligentes de videovigilância pública, segurança e privacidade.

Com base na informação recolhida foi elaborado um inquérito por questionário que visa inquirir uma amostra da população do concelho Amadora sobre questões relacionadas com privacidade e segurança e a sua perceção sobre o sistema de videovigilância existente. Este inquérito foi realizado online e esteve ativo durante cerca de um mês. A definição da amostra segue critérios de conveniência.

Além deste questionário também foi elaborado paralelamente, um guião de entrevista base para uma entrevista exploratória realizada a membros da força policial responsável pelo sistema de videovigilância da Amadora.

Recorrendo a uma metodologia mista, os dados provenientes dos questionários são alvo de análise estatística maioritariamente de tipo descritiva, e a entrevista analisada manualmente mediante análise de conteúdo informativo.

1.5. Estrutura e organização da dissertação

O presente estudo está organizado em cinco capítulos que pretendem refletir as diferentes fases até à sua conclusão.

O primeiro capítulo introduz o tema da investigação e objetivos da mesma bem como uma breve descrição da estrutura do trabalho.

O segundo capítulo reflete o enquadramento teórico, designado por Revisão da literatura.

O terceiro capítulo é dedicado à Metodologia utilizada no processo de recolha e tratamento de dados bem como os métodos de análise utilizados.

O quarto capítulo apresenta a análise dos dados recolhidos e resultados obtidos, de acordo com a metodologia que se entendeu apropriada.

No quinto e último capítulo apresentam-se as conclusões deste estudo bem como as recomendações, limitações e trabalhos futuros.

Por último, encontram-se as referências bibliográficas, seguidas dos anexos e apêndices.

Capítulo 2 – Revisão da Literatura

2.1. Videovigilância

A videovigilância consiste num sistema no qual câmaras de vídeo são conectadas através de um circuito fechado, capturando imagens que são enviadas e reproduzidas num monitor ou televisão centrais (Goold, 2004). Isto permite a monitorização, em tempo real ou não, de atividades que estão a decorrer ou decorreram num determinado local.

Estas câmaras de vigilância de circuito fechado, ou como são comumente designadas na literatura CCTV (Closed Circuit Television), também conhecidas por apenas câmaras de videovigilância, são utilizadas tanto numa vertente pública como privada para as mais variadas funções, sendo que um dos seus principais objetivos é a prevenção de criminalidade no espaço público (Welsh & Farrington, 2009).

Alguns autores, como (Armitage, Smyth, & Pease, 1999), argumentam que o uso de câmaras de videovigilância pode ajudar no combate ao crime, prevenindo-o, pois, os potenciais infratores são dissuadidos de cometer infrações devido a uma maior probabilidade de serem detetados e conseqüentemente, detidos. Segundo os autores, outras vantagens provenientes da utilização de um sistema de videovigilância passam pelo aumento da probabilidade de deteção, aumento do uso pedonal de espaços públicos, e auxílio às forças de segurança na intervenção em tempo útil nestes espaços.

Contudo, existe também quem coloque a hipótese de que um sistema de videovigilância pode levar a um aumento da criminalidade (Welsh & Farrington, 2009), já que a população pode sentir um falso sentimento de segurança e tornar-se mais vulnerável devido ao relaxamento das suas medidas de precaução. Além disso, este sistema pode contribuir para o surgimento de maior criminalidade noutras localizações não vigiadas, mas acima de tudo, leva a que se questione sobre um dos temas mais abordados dos últimos anos, relativamente a riscos e ameaças à privacidade e liberdade da população.

2.2. Videovigilância pelo mundo

2.2.1. Videovigilância pelo mundo

Segundo dados do Mordor Intelligence, nos últimos anos, o uso de câmaras CCTV como forma de vigilância pública e de prevenção de crime tem aumentado drasticamente um pouco por todo o mundo e, prevê-se que a tendência se mantenha até 2026 ("Global Video Surveillance System Market | 2021 - 26 | Industry Share, Size, Growth - Mordor Intelligence", 2021).

Este impulso para reforçar a segurança em diferentes indústrias e países está a aumentar significativamente devido às rápidas evoluções nos softwares de videovigilância e em cloud computing, que Taurion define como “um ambiente de computação baseado numa imensa rede de servidores, sejam estes virtuais ou físicos”, ou seja, “um conjunto de recursos como capacidade de processamento, armazenamento, conectividade, plataformas, aplicações e serviços disponibilizados na Internet” (2009, p.02).

A Figura 1 demonstra o crescimento esperado até 2025 do mercado de sistemas de videovigilância a nível mundial.

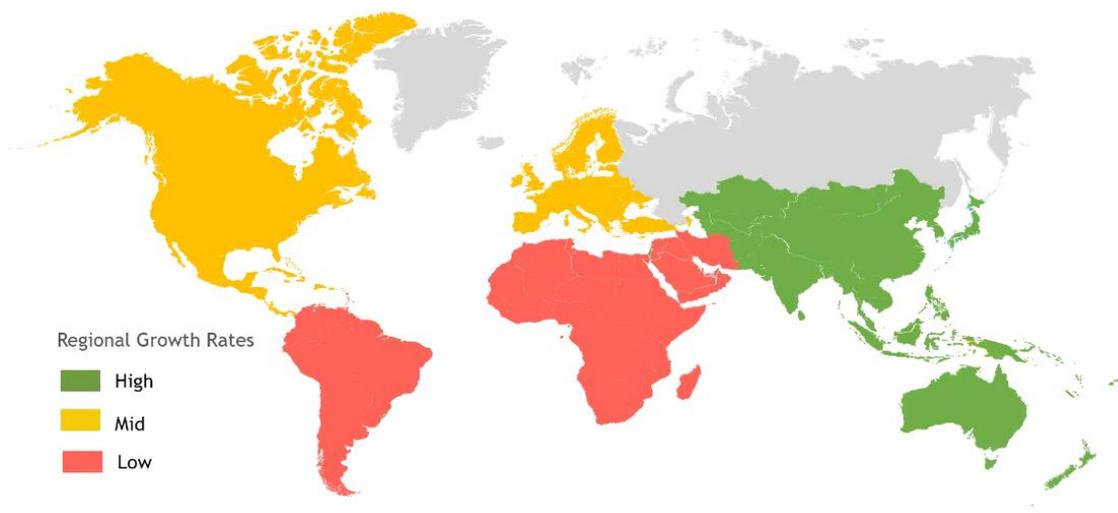


Figura 1 - Mercado de Sistema de Videovigilância – Ritmo de Crescimento por Região (2020-2025) Fonte: Mordor Intelligence

A título de exemplo, nos Estados Unidos da América, o aumento dos gastos com o exército, o aumento da adoção de ferramentas de reconhecimento facial, o aumento das iniciativas governamentais relativas à instalação obrigatória de câmaras de vídeo em locais públicos como lojas de conveniência, supermercados, entre outras, são alguns dos fatores que estão a impulsionar o crescimento dos sistemas de videovigilância por todo o país.

Na Figura 2, retirada do relatório do Mordor Intelligence, é possível constatar o aumento nas receitas de vendas de câmaras nos E.U.A. num período compreendido entre 2014 e 2017.

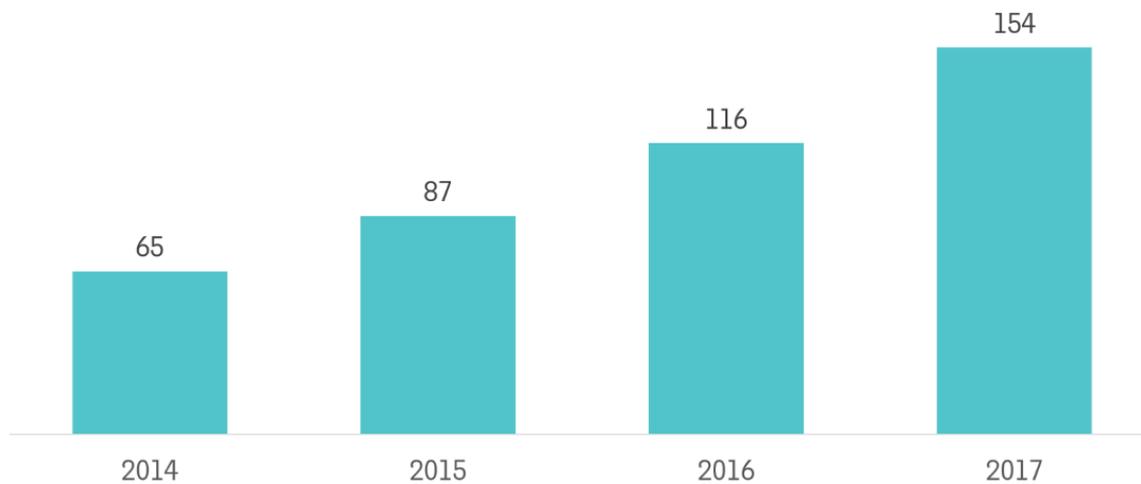


Figura 2 - Receitas de vendas de câmaras IP nos Estados Unidos, em milhões de US Dólares, 2014-2017
Fonte: *Consumer Technology Association* (Adaptado de Mordor Intelligence)

Atualmente, China e Índia são os países com maior densidade de câmaras de vigilância CCTV nas zonas urbanas. Chennai, cidade na Índia, tem 657 câmaras por quilómetro quadrado, tornando-se a cidade número um do mundo em termos de vigilância. É ainda de notar que a única cidade fora do continente asiático neste top 10 é Londres com 399 câmaras por km quadrado, explícito na Figura 3.

Rank	Cidade	CCTVs por km ²	CCTVs por 1000 habitantes
#1	 Chennai, India	657	25.5
#2	 Hyderabad, India	480	30.0
#3	 Harbin, China	411	39.1
#4	 London, England	399	67.5
#5	 Xiamen, China	385	40.3
#6	 Chengdu, China	350	33.9
#7	 Taiyuan, China	319	119.6
#8	 Delhi, India	289	14.2
#9	 Kunming, China	281	45.0
#10	 Beijing, China	278	56.2

Figura 3 - As 10 cidades com maior densidade de CCTV a nível mundial Fonte: Surfshark

É importante também salientar que embora as câmaras de CCTV se tenham tornado uma ferramenta útil e comum em cidades um pouco por todo o mundo, isto não significa que estas câmaras estejam a ver e a reconhecer todos os movimentos de cada indivíduo. Na maioria dos casos, as câmaras estão numa posição fixa e muitas funcionalidades associadas com alguns dos aspetos mais invasivos do CCTV, como a tecnologia de reconhecimento facial ainda não são universalmente implementados.

2.2.2. Privacidade e Segurança

A transformação tecnológica a que se tem assistido nos últimos anos, bem como a crescente utilização de produtos e serviços digitais, tornaram temas como privacidade e segurança dos mais discutidos atualmente. Há que destacar, no entanto, que a própria evolução e utilização massificada de sistemas de videovigilância, só por si levanta questões éticas e morais sobre estes mesmos assuntos.

Estas temáticas ganham ainda maior proporção quando se combina o facto de qualquer indivíduo que possua um aparelho eletrónico e que utilize a *world wide web* possuir uma pegada digital, isto é, possui um rasto e um historial digital capaz de ser rastreado. Com os novos tipos de sistemas de videovigilância inteligentes, é também possível efetuar reconhecimento facial, e fazer *cross-reference*, ou seja, o sistema consegue cruzar dados disponíveis em diferentes bases de dados, o que permite ter mais e melhor informação disponível.

Por este motivo, é importante investigar e perceber qual o potencial custo social inerente à videovigilância no espaço público e fazer um balanço entre os custos identificados versus o potencial benefício, que no caso da videovigilância entende-se como a redução da criminalidade.

Existem duas questões importantes que ditam a utilização adequada e propostas de limiares a traçar no que diz respeito à vigilância como medida de prevenção da criminalidade no espaço público (Von Hirsch et al., 2000). A primeira questão remete para a privacidade e a segunda para o tópico do papel da legitimação da prevenção da criminalidade, ou seja, no fundo: "Até que ponto a prevenção da criminalidade legitima uma ameaça a qualquer questão de privacidade ou anonimato no espaço público?" (Von Hirsch et al., 2000).

2.2.3. Tecnologia Inovadora

Nos últimos anos tem havido avanços tremendos no que respeita a tecnologia que suporta o funcionamento de sistemas de videovigilância. Pois estes avanços tecnológicos têm permitido criar câmaras (para os mais variados usos) cada vez mais potentes, quer seja na sua resolução, nitidez, clareza, zoom, alcance, e até mesmo algumas funcionalidades “*smart*”, como por exemplo, deteção de rostos, entre diversos outros fatores.

Atualmente, o mercado da videovigilância é dominado por grandes empresas como Honeywell Security Group, Bosch Security Systems Incorporated, Samsung Group, Schneider Electric SE, Panasonic Corporation, entre outros (Mordor Intelligence, 2021).

Em Janeiro de 2020, a empresa Bosch lançou as câmaras IP 3000i (Bosch, 2021), oferecendo algo nunca antes visto no mercado de videovigilância em câmaras com preços extremamente competitivos: *Essential Video Analytics* integrado como padrão, ou seja, câmaras que proporcionam novas possibilidades para aplicações de *Internet of Things* e captura de dados inteligente, facilitando a análise de vídeo, como deteção de saídas de emergência bloqueadas ou notificação de fila. Além disso, as IP 3000i estão classificadas com alta resistência a impactos e podem suportar condições climáticas desafiantes. Esta gama de câmaras oferece uma flexibilidade completa para a vigilância diária e foram construídas para um desempenho de alta qualidade e projetadas para uma fácil instalação.

Já em Março de 2020, a empresa Axis Communications lançou um complemento à sua Série de Câmaras de Rede AXIS M30. A AXIS M3068-P, o seu novo aparelho, possui 12 MP, o que fornece até 15 fps com WDR forense, enquanto o AXIS M3067-P é uma câmara de 6 MP que fornece até 30 fps com Forensic WDR, sistema adequado para cenas com movimento que reduz o ruído visível e cria uma imagem “limpa” de forma a proporcionar o vídeo com maior qualidade possível para utilização forense (“Wide Dynamic Range - WDR | Axis Communications”, 2021), possui também tecnologia Lightfinder que permite um vídeo de alta resolução com cores reais e completas, um desfoque de movimento mínimo, mesmo em ambientes escuros onde consegue captar grandes detalhes com muito pouca luminosidade (“Lightfinder | Axis Communications”, 2021) e ainda oferece vistas panorâmicas de 360° sem pontos cegos.

2.3. O caso português

2.3.1. Contexto histórico

Em Portugal, o termo vigilância sempre possuiu uma conotação negativa e sempre foi recebido com alguma suspeita. Isto deve-se ao facto de o país ter vivido durante 41 anos (1933-1974) sobre a alçada de António de Oliveira Salazar e, mais tarde, de Marcello Caetano, num regime ditatorial que se designou por “Estado Novo”.

Este foi um regime marcado fortemente pela restrição das liberdades dos portugueses, em grande parte pela atuação da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) que ficou conhecida por utilizar informadores de modo a controlar ajuntamentos, proibir determinados temas de discussão, e por utilizar brutalidade policial para atingir estes fins. Isto levava os cidadãos portugueses a viver num estado de ansiedade, receio e desconfiança, sabendo que qualquer queixa (fundamentada ou não) contra si, poderia trazer consequências graves.

Assim, quando em 2005 o candidato do partido socialista à Câmara Municipal de Lisboa, Manuel Carrilho, apresentou a implementação de um sistema de videovigilância em “áreas críticas” do município, como medida a levar a cabo na eventualidade de ser eleito presidente da câmara, fizeram-se ouvir as preocupações e críticas por parte da oposição (Francisco, 2005).

Na altura, Manuel Carrilho não apresentou argumentos que constituíssem uma defesa para esta medida. No entanto, os seus oponentes foram rápidos a descartar a temática da videovigilância, ainda que não tenham apresentado argumentação que corroborasse o porquê de ser uma medida desnecessária, a simples ideia de a história se poder vir a repetir foi suficiente na época para que esta ideia fosse abandonada (Frois, 2013).

Além disso, tal como Frois (2013) referiu, comparando Portugal a países como o Reino Unido, onde a utilização da videovigilância constituía uma ferramenta comprovadamente útil no combate ao crime, a mesma ferramenta tão eficaz, parecia não ter utilidade para Portugal. Isto porque o cenário português era caracterizado por uma baixa taxa de criminalidade quando comparada com o resto da Europa, como é possível comprovar pela Figura 4.

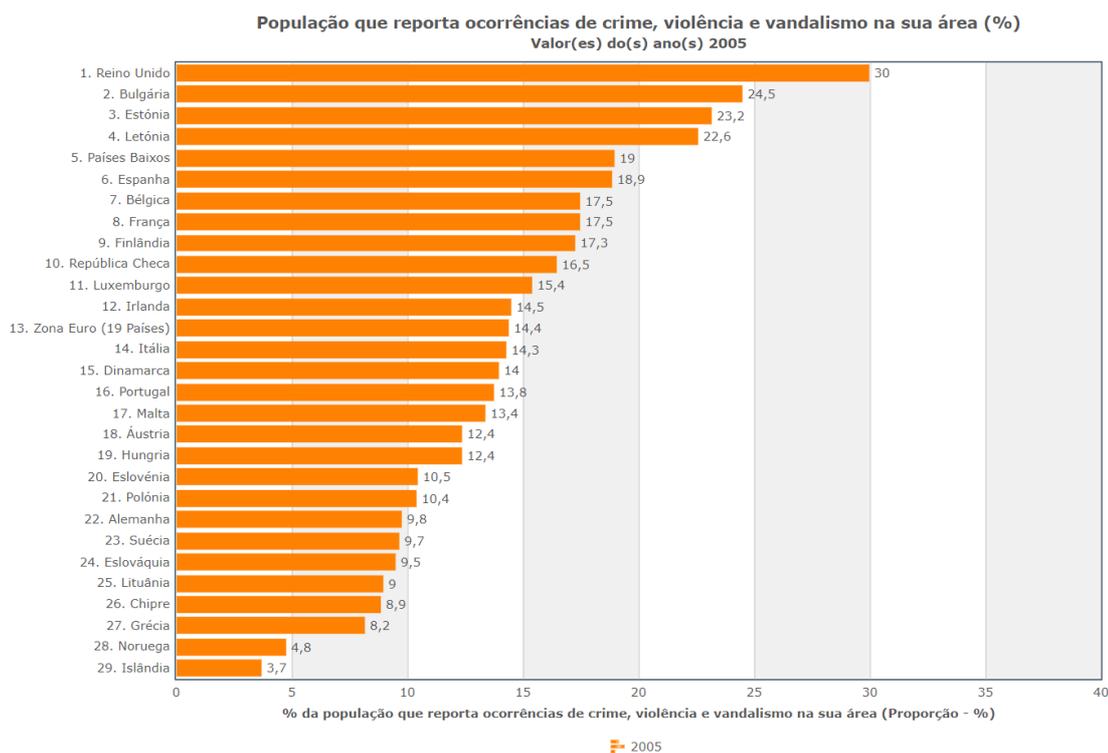


Figura 4 - Percentagem de população que reporta ocorrências de crime, violência e vandalismo na sua área (ano de 2005) Fonte: Pordata

Contudo, este paradigma alterou-se em 2009, quando o Ministério de Administração Interna (MAI), aprovou a instalação das primeiras câmaras de videovigilância no espaço público em Portugal. Estas foram instaladas no Santuário de Fátima e na Baixa do Porto, constituindo um total de 38 câmaras.

Já em 2013, foi aprovada a Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, que “estabelece o regime do exercício da atividade de segurança privada e as medidas de segurança a adotar por entidades públicas ou privadas com vista a prevenir a prática de crimes”.

2.3.2. O cenário atual

Os pedidos de instalação de câmaras de videovigilância são endereçados pelo diretor nacional da Polícia de Segurança Pública ao Ministério da Administração Interna, sendo que o Governo solicita um parecer à Comissão Nacional de Proteção de Dados, no entanto, a aprovação final é dada pelo MAI.

Desde a aprovação da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, o número de câmaras CCTV no espaço público em Portugal aumentou consideravelmente de 38 em 2009, para cerca de 850 em 2021. Sendo que existem atualmente 14 municípios detentores de autorização para instalação de câmaras CCTV (Lopes, 2021).

As cidades mais vigiadas do país são a Amadora e Lisboa, sendo que no caso de Lisboa, o Bairro Alto é a zona mais vigiada, com 27 câmaras, montante esse que está previsto aumentar já que em 2021 foi aprovado um reforço de grande dimensão da videovigilância na capital portuguesa de mais 216 câmaras em 16 pontos da zona da Baixa (Lopes, 2021).

Em 2021 também foram aprovados sistemas de videovigilância para Faro, Portimão, Santarém, Estremoz, Funchal, Figueira da Foz e Albufeira.

No caso da Amadora, a implementação das câmaras aconteceu apenas em 2017, apesar de a permissão ter surgido em 2013. Em 2020, o município recebeu autorização para a instalação de mais 38 dispositivos que estão atualmente a ser instalados.

O sistema de videovigilância da Amadora conta atualmente com 103 câmaras, distribuídas pela área central do concelho, nomeadamente pelas freguesias da Encosta do Sol, Águas Livres, Mina de Água, Venteira, Falagueira- Venda Nova e Alfragide.

As imagens destas câmaras de videovigilância, são captadas sem som, e são controladas e gravadas 24 horas por dia na Divisão da Amadora da PSP. Estas imagens são conservadas apenas por um período de 30 dias, segundo a Lei 95/2021, de 29 de Dezembro, podendo ser visualizadas no Comando Metropolitano de Lisboa, em Moscavide, através de uma ligação à Rede Nacional de Segurança Interna.

2.3.3. Município da Amadora

A cidade da Amadora é composta por um tecido urbano com um contexto social deveras complexo, no qual a difícil integração social de algumas classes, leva a divergências entre grupos que provocam insegurança e intranquilidade (Pereira, 2017), em particular nas suas dez zonas urbanas sensíveis (ZUS): Bairro de Santa Filomena, Quinta da Lage, Casal da Boba, Casal da Mira, Casal do Silva, 6 de Maio, Estrada Militar da Damaia de Cima, Zambujal, Estrela d'África e Cova da Moura. Estas zonas urbanas sensíveis destacam-se por uma elevada densidade populacional, características arquitetónicas deficientes, etnias e estratos sociais diversificados, inúmeros residentes com antecedentes criminais, fenómenos de criminalidade grupal e delinquência juvenil, e ainda um historial de agressões a elementos das forças policiais e de prática de criminalidade violenta (Pereira, 2017).

Através da Figura 5, podemos observar a evolução dos crimes registados no município da Amadora entre 2010 e 2020. É possível constatar uma tendência geral decrescente, contudo, durante um breve período entre 2014 e 2017, parece haver uma estagnação no total de crimes registados, sendo que após esse período, volta a decrescer consideravelmente em 1.724 casos até 2020. É importante salientar que em 2017 foram instaladas as primeiras câmaras CCTV no município.

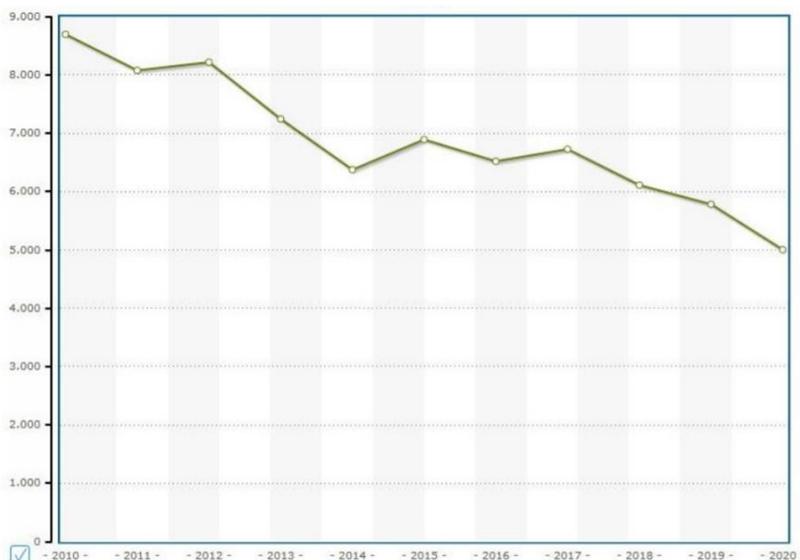


Figura 5 - Total de crimes registados pelas forças policiais (2010-2020) Fonte: DGPJ/MJ (Adaptado: PORDATA)

Capítulo 3 – Metodologia

3.1. Desenho de investigação

Para Pardal & Correia (1995) metodologia é o “(...) corpo orientador da pesquisa que, obedecendo a um sistema de normas, torna possíveis a seleção e articulação de técnicas, no intuito de se poder desenvolver o processo de verificação empírica” (Pardal & Correia, 1995).

O desenho da pesquisa segue uma matriz hipotético-dedutiva, uma vez que a partir da revisão de literatura e de fontes secundárias, são elaboradas hipóteses e instrumentos metodológicos a aplicar ao caso empírico.

De acordo com as abordagens metodológicas mistas, foram seguidas duas estratégias metodológicas distintas no processo de recolha e tratamento de dados para este estudo, uma qualitativa e outra quantitativa. A principal razão é fiel ao propósito de explorar algumas vertentes da temática objeto de estudo e ponderar opções e possibilidades de incluir no estudo diferentes perspetivas de agentes da sociedade civil e das instituições que participam do fenómeno.

3.2. Objetivos de investigação

É importante identificar uma questão de partida dentro da área de estudo antes sequer de se construir um objetivo geral para uma dissertação. Quivy e Campenhoudt defendem que “uma boa pergunta de partida não deve procurar julgar, mas compreender. O seu objetivo deve ser o do conhecimento, não o de demonstração. Devem poder ser encaradas a priori várias respostas diferentes, não havendo a certeza de uma resposta preconcebida.” Os autores também afirmaram que a pergunta de partida “deve abordar o estudo do que existe ou existiu, e não o daquilo que ainda não existe. Não visa prever o futuro, mas captar um campo de constrangimentos e de possibilidades, bem como os desafios que esse campo define.” (Quivy & Campenhoudt, 1998).

O propósito desta dissertação é estudar a temática da videovigilância em Portugal, mais concretamente na região de Lisboa no concelho da Amadora. Para isso formulou-se a seguinte questão de partida: “Qual o nível de conhecimento, aceitação e as preocupações da população residente no concelho da Amadora para com o sistema de videovigilância atualmente implementado?”.

Além da questão de partida, é importante definir objetivos claros para o estudo. Foram esses:

- Analisar o sistema atual de videovigilância implementado no concelho de Amadora;
- Auscultar a perceção e sentimento da população para com o sistema de vigilância implementado;
- Perceber o nível de resistência contra a implementação generalizada de um sistema de videovigilância.

Como objetivo secundário foi definido o seguinte:

- Entender as limitações impostas pela lei portuguesa;

3.3. Hipóteses de investigação

Dos objetivos específicos decorrem as seguintes hipóteses de investigação:

- Hipótese 1: “A idade do indivíduo condiciona a sua opinião sobre a videovigilância do espaço público.”
- Hipótese 2: “O nível escolaridade do indivíduo influencia a sua opinião sobre a videovigilância do espaço público.”
- Hipótese 3: “A opinião do indivíduo no que toca à videovigilância do espaço público é condicionada pela existência de experiência pessoal com as câmaras de videovigilância.”
- Hipótese 4: “A concordância com instalação de mais câmaras está relacionada com a opinião do indivíduo sobre a videovigilância.”
- Hipótese 5: “A satisfação do indivíduo no que toca à videovigilância atual da sua freguesia de residência, influencia a sua vontade de instalação de mais câmaras.”
- Hipótese 6: “A opinião do indivíduo sobre videovigilância do espaço público condiciona os seus comportamentos.”

3.4. Fontes e métodos de recolha de dados

Numa primeira fase da recolha de dados, optou-se por uma abordagem qualitativa e exploratória. Identificamos uma tipologia de informante privilegiado e mediante técnicas de amostragem por conveniência contactamos e realizamos uma entrevista com um elemento da Polícia de Segurança Pública do comando da Amadora, cujo anonimato foi garantido em sede de entrevista. O agente representa um informante privilegiado sendo que as suas funções passam pela monitorização das imagens captadas através das câmaras de videovigilância espalhadas pelo concelho.

Esta entrevista tinha como principal objetivo consolidar conhecimentos adquiridos na fase de revisão de literatura, mas também perceber o ponto de vista de um elemento das forças de segurança sobre a temática em causa. Assim, seria possível identificar elementos de comunhão e diferenciação entre possíveis perspetivas dos agentes com a da população em geral, ainda que de forma estatisticamente não representativa. Este processo permitiu ao investigador exercer o papel de investigador e de dialogante, acautelando os riscos de cair em *bias* pessoais, limitar as suas perspetivas analíticas ao conhecimento prévio ou aos dados secundários consultados, aproximando-se ao terreno da pesquisa procurando novos conhecimentos e perspetivas.

A entrevista levada a cabo consistiu numa entrevista semiestruturada, estas permitem a todos os participantes responderem as mesmas perguntas, mas com uma estrutura flexível. É elaborado um guião único, mas na realização da entrevista não existe nenhuma ordem definida das perguntas, visando encorajar o entrevistado a falar sobre as suas experiências através de perguntas inicialmente mais abertas e genéricas que vão afunilando, sendo a ordem das perguntas determinada pelas suas respostas (Dearnley, 2005).

Para o caso, foi elaborado um guião cujas perguntas tocavam nas temáticas centrais do estudo para esclarecer aspetos técnicos-funcionais e relatar a experiência pessoal, sendo a ordem baseada nas respostas do entrevistado, e colocando questões que providenciassem ao entrevistado a liberdade para partilhar as suas experiências. Esta entrevista foi feita via videoconferência, com duração aproximadamente de vinte minutos, não foi gravada, mas o entrevistador pode tomar notas e apontamentos durante a realização.

Ainda que esta entrevista tenha sido útil para a formulação das questões que viriam a constituir o inquérito utilizado na fase seguinte, admitimos que não houve a

abertura esperada do lado do entrevistado, muito possivelmente pela tentativa de manter o anonimato pelo que o nível de aprofundamento foi relativo e não se deu a oportunidade de seguir com outras entrevistas mediante técnica de bola de neve, inicialmente perspectivadas no desenho da pesquisa. Portanto não foi possível estabelecer mais contactos com outros elementos da Polícia de Segurança Pública e todas as tentativas realizadas para contactar a Câmara Municipal da Amadora, a Vereação e as Direções dos Serviços responsáveis, foram também em vão.

Segundo Creswell (2009) a partir dos dados recolhidos na entrevista semiestruturada, os investigadores utilizam conceitos e perguntas para refinar questões de acompanhamento, incluindo a conceção de um instrumento de pós-intervenção quantitativa. As abordagens de capacitação na avaliação podem ser úteis, com os investigadores a entrevistarem pessoas reais e a agirem sobre a informação recolhida através dos participantes do estudo.

Como tal, na segunda fase de recolha de dados, procedeu-se à criação e divulgação de um inquérito online (Google Forms) esperando ser respondido pelos internautas e utilizadores das redes sociais mediante as quais foi divulgado (Facebook, Instagram, Whatsapp). Nomeadamente entre estes procurámos recolher respostas de cidadãos residentes no concelho da Amadora de forma a auscultar a sua perceção sobre o sistema de videovigilância.

O inquérito foi elaborado com base no capítulo de revisão de literatura, bem como nas respostas do agente da P.S.P. à entrevista conduzida anteriormente. É constituído por questões de resposta fechada, escolha múltipla e ainda por questões cuja resposta se baseia na escala Likert (onde o inquirido avalia determinada afirmação numa escala de 1 a 5).

A grande vantagem da utilização de inquéritos online com esta tipologia de estrutura, é que fornece uma descrição quantitativa, ou seja, uma descrição numérica de tendências, atitudes ou opiniões de uma população através do estudo de uma amostra dessa mesma população (Babbie, 1990). As perguntas foram elaboradas para corresponder a um conjunto de temáticas e variáveis relevantes e encontradas na literatura e coerentes com o presente estudo, os seus objetivos e os critérios de validade e replicabilidade.

Após a sua preparação, o inquérito foi testado via *Google survey forms*, o teste foi realizado antes do *go live* e distribuição, de forma a garantir clareza nas questões colocadas, resolver eventuais problemáticas, bem como desambiguar elaborações escritas.

O inquérito previa uma introdução sobre o estudo em curso e um campo obrigatório correspondente à autorização do respondente à utilização dos dados associados e informações fornecidas.

Cada questão presente no inquérito foi construída visando um propósito de investigação específico, estando formuladas e estruturadas para abordar os seguintes temas relevantes para análise:

- Caraterização sociodemográfica dos indivíduos que constituem a amostra;
- Conhecimento sobre o sistema de videovigilância;
- Conhecimento sobre o sistema de videovigilância da Amadora;
- Opinião do inquirido sobre Videovigilância;
- Opinião do inquirido sobre Videovigilância na Amadora;
- Experiência pessoal com CCTV.

De modo a facilitar a análise, as questões foram agrupadas por categorias analíticas (como pode ser observado na tabela 1):

Tabela 1 - Organização das questões do inquérito por variável e categoria

Fonte: elaboração própria

Questão	Variável	Categoria
Qual a sua idade?	Idade	Caraterização Sociodemográfica
Indique o seu género.	Género	Caraterização Sociodemográfica
Indique qual o seu mais elevado grau de escolaridade terminado?	Escolaridade	Caraterização Sociodemográfica
Qual a sua situação profissional atual?	Situação profissional	Caraterização Sociodemográfica

Qual a freguesia onde habita?	Residência Freguesia	Caraterização Sociodemográfica
Já observou câmaras deste tipo no espaço público?	Contacto com câmaras CCTV no espaço público	Conhecimento sobre o sistema de videovigilância
Se sim, sabe qual a sua função?	Função	Conhecimento sobre o sistema de videovigilância
Sabe se na freguesia onde mora, existem câmaras deste tipo no espaço público?	Presença na freguesia	Conhecimento sobre o sistema de videovigilância da Amadora
Quem acha que tem autorização para armazenar e monitorizar as imagens captadas no espaço público?	Entidade que controla o CCTV	Conhecimento sobre o sistema de videovigilância
Na sua opinião, o que distingue câmaras de videovigilância públicas das privadas? Selecione as respostas que considera corretas.	Videovigilância pública vs privada	Conhecimento sobre o sistema de videovigilância
Para que fins considera que estas câmaras sejam proveitosas?	Vantagens da Videovigilância	Opinião do inquirido sobre Videovigilância
Quais os aspetos que considera serem prejudiciais na videovigilância do espaço público?	Desvantagens da Videovigilância	Opinião do inquirido sobre Videovigilância
Sabe ao fim de quanto tempo as imagens captadas são destruídas?	Tempo de armazenamento das imagens	Conhecimento sobre o sistema de videovigilância

Indique qual o seu grau de concordância relativamente à videovigilância do espaço público?	Propensão (favorável e não) Concordância com videovigilância	Opinião do inquirido sobre Videovigilância
Qual o seu grau de satisfação com o atual sistema de videovigilância da freguesia em que reside?	Satisfação com o sistema na freguesia	Opinião do inquirido sobre Videovigilância na Amadora
Sabe o número de câmaras de videovigilância públicas, instaladas no concelho da Amadora?	Número de câmaras no concelho	Conhecimento sobre o sistema de videovigilância da Amadora
Como soube da existência destas câmaras de videovigilância no espaço público da Amadora?	Fonte de informação sobre existência de câmaras	Conhecimento sobre o sistema de videovigilância da Amadora
Acredita que as câmaras de videovigilância do concelho da Amadora captam imagens 24 horas por dia, todos os dias?	Horário de captação de imagens	Conhecimento sobre o sistema de videovigilância da Amadora
Acredita que as imagens captadas através das câmaras de videovigilância do concelho da Amadora são monitorizadas 24 horas por dia, todos os dias?	Horário de monitorização de imagens	Conhecimento sobre o sistema de videovigilância da Amadora

As câmaras de videovigilância do concelho da Amadora já foram vandalizadas?	Gestão e vandalização de equipamentos	Conhecimento sobre o sistema de videovigilância da Amadora
Na sua opinião, o concelho da Amadora devia proceder à instalação de mais câmaras?	Propensão Instalação de mais câmaras	Opinião do inquirido sobre Videovigilância na Amadora
O sistema de videovigilância da Amadora foi instalado em 2017. Desde então, qual considera ser a tendência da taxa de criminalidade na Amadora?	Tendência da taxa de criminalidade	Opinião do inquirido sobre Videovigilância na Amadora
Mudou algum dos seus comportamentos após a instalação das câmaras de videovigilância?	Mudança de comportamento	Experiência pessoal com CCTV
Teve oportunidade de vivenciar uma experiência na qual a presença de câmaras de videovigilância pública foi relevante?	Experiência pessoal com câmaras CCTV	Experiência pessoal com CCTV

É de reforçar que os critérios de amostragens respeitam características de conveniência, não existindo por isso representatividade e especificidade. Por não ser uma amostra estratificada, suficientemente vasta e por ser composta unicamente por internautas e utilizadores de uma das redes sociais utilizadas para disseminação.

O inquérito foi distribuído através das redes sociais Facebook, Instagram e Whatsapp, esteve ativo pelo período sensivelmente de um mês, terminado a 01/09/2022. Foram

obtidas um total de 160 respostas. Dois critérios de obrigatoriedade e validação das respostas eram a residência no concelho da Amadora e a maioria.

Foram aplicadas duas técnicas de tratamento e análise dos dados recolhidos. Relativamente à entrevista, foi realizada uma análise manual de conteúdo por temáticas. No que diz respeito aos inquéritos, foi realizada uma análise estatística com recurso ao software informático SPSS (licença providenciada pelo ISCTE-IUL).

Capítulo 4 – Análise e discussão dos resultados

Neste capítulo analisa-se e discute-se os resultados obtidos através do inquérito, que corresponde à maior parte do corpus e à abordagem quantitativa da investigação.

O inquérito foi distribuído através das redes sociais Facebook, Instagram e Whatsapp, esteve ativo pelo período sensivelmente de um mês, terminado a 01/09/2022. Foram obtidas um total de 160 respostas.

Contudo, os procedimentos de validação e verificação levaram à exclusão de 20 inquéritos por terem sido realizados por não residentes do concelho da Amadora, ou porque declararam ter uma idade inferior a 18 anos.

4.1. Análise e discussão dos resultados gerais

4.1.1. Caracterização sociodemográfica da amostra

Este estudo contou com a participação de 140 pessoas.

As faixas etárias (Figura 6) mais significativas dentro desta amostra foram aquelas 40 – 49 anos (27,7%), 50 – 59 anos (24,8%), 60 – 69 anos (16,3%) havendo, portanto, respostas provenientes maioritariamente de adultos no pleno da maturidade e vida ativa.

Os mais jovens-adultos representam pouco mais de um quarto dos inquiridos - 30 – 39 anos (13,5%), 22 – 29 anos (10,6%), 18 – 21 anos (3,5%) - e por último e com menor representação, há os maiores de 70 anos (2,8%).



Figura 6 - Distribuição da amostra de inquiridos por idade

n=140

Fonte: elaboração própria

Relativamente ao género dos participantes, 71,4% dos inquiridos respondeu ser do género feminino enquanto que os restantes 28,6% afirmaram ser do género masculino (Figura 7).

Indique o seu género.

140 respostas

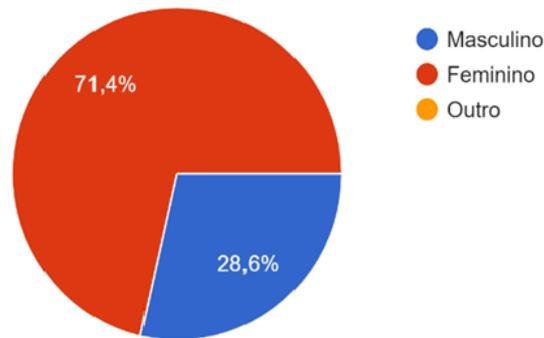


Figura 7 - Distribuição género

n=140

Fonte: elaboração própria

Quando questionados sobre o seu nível de escolaridade (Figura 8), a maioria dos inquiridos afirmou ter concluído o ensino secundário (45,7%), seguindo-se os licenciados (35,7%) e mestres (10%). Relativamente a doutoramento, apenas 2 pessoas (ou seja 1,4%) afirmou ter este grau académico. A restante minoria (10 pessoas, ou seja 7,1%) possui apenas o ensino básico.

Indique qual o seu mais elevado grau de escolaridade terminado?

140 respostas

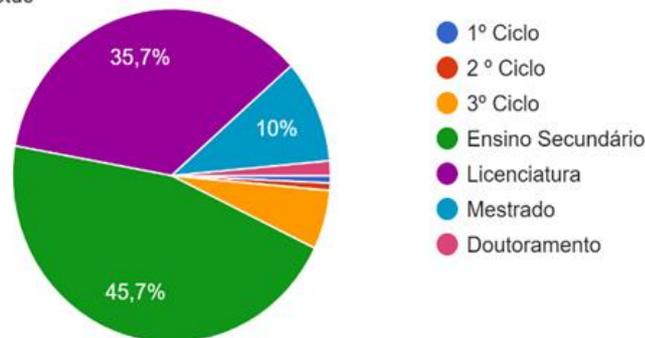


Figura 8 -Distribuição habilitações literárias

n=140

Fonte: elaboração própria

No que diz respeito à situação profissional dos inquiridos (Figura 9), a vasta maioria classifica-se como trabalhador por conta de outrem (70%), a seguinte categoria mais representativa é a de reformados (13,6%). Em terceiro lugar estão os

trabalhadores por conta própria bem como os desempregados, ambos com 9 respostas cada (6,4%). Por último encontram-se os trabalhadores estudantes e os estudantes (2,1% e 1,4% respetivamente).



Figura 9 - Distribuição amostra por situação profissional atual

n=140

Fonte: elaboração própria

Para terminar a caracterização sociodemográfica da amostra, os inquiridos responderam qual a freguesia em que residiam (Figura 10). Aqui, Mina de Água foi a resposta mais frequente, com 52 respostas (37,1%), seguindo-se de Venteira com 26 respostas (18,6%), Falagueira Venda-Nova e Águas Livres ambas com 21 respostas cada (15%), Encosta do Sol apresenta 13 residentes (9,3%) e, por último, Alfragide com 7 respostas (5%).

Qual a freguesia onde habita?

140 respostas

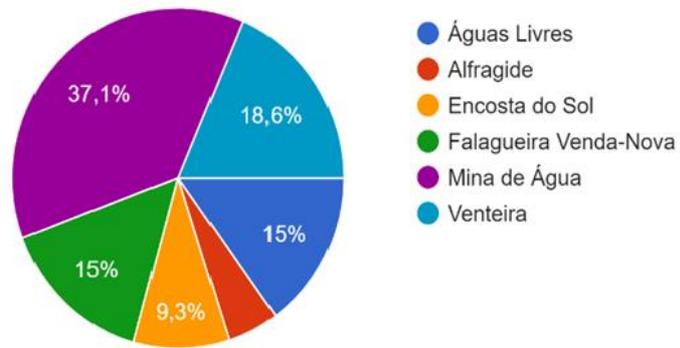


Figura 10 – Distribuição amostra por freguesia

n=140

Fonte: elaboração própria

4.1.2. Conhecimento sobre o sistema de videovigilância

Nesta secção do inquérito, procurou-se saber o nível de conhecimento dos inquiridos sobre a temática da videovigilância em geral.

Quando questionado se já tinha observado câmaras de videovigilância no espaço público (Figura 11), 81,4% dos inquiridos respondeu que sim. Sendo que os restantes 26 afirmaram ainda não ter observado as câmaras de videovigilância no espaço público.



Figura 11 - Distribuição respostas à pergunta: “Já observou câmaras deste tipo no espaço público?”

$n=140$

Fonte: elaboração própria

A pergunta seguinte era de resposta aberta, mas curta e de carácter opcional, sendo dada aos inquiridos a oportunidade de responderem, com base no seu conhecimento, qual a função destas câmaras (Figura 12) e nota-se que a maioria das respostas apresenta uma temática comum.

A resposta mais comum foi vigiar o espaço público com 56% (54 respostas), seguida de manter/melhorar a segurança com 25% (24 respostas), prevenir ou desencorajar a prática de crimes apresenta 11% (10 respostas), resolução de crimes com 3% (3 respostas) e, por último, auxiliar o trabalho policial 1% (1 resposta). É de notar ainda que 3% dos inquiridos (3 respostas) admitiram não saber qual a função das câmaras de videovigilância e apenas 1% (1 resposta) afirmou não existir nenhuma função associada às mesmas.

Se sim, sabe qual a sua função?

96 respostas

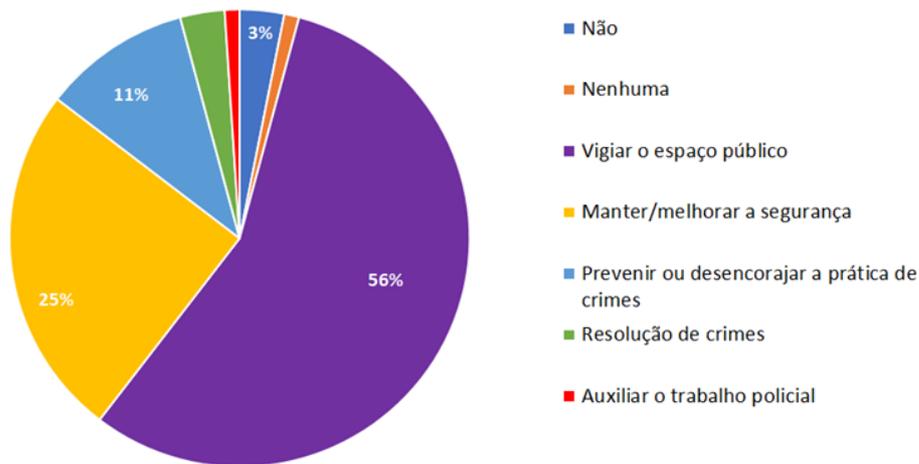


Figura 12 - Distribuição respostas à pergunta: “Se sim, sabe qual a sua função?” (referente questão anterior)

$n=96$

Fonte: elaboração própria

Foi também dada a oportunidade de os inquiridos responderem, com base no seu conhecimento, qual a entidade que armazena e monitoriza as imagens captadas por estas câmaras (Figura 13). Esta pergunta também era de resposta aberta, mas curta. Aqui, 92 inquiridos (66%) responderam Polícia de Segurança Pública, conclui-se assim, que a maioria dos participantes está a par da entidade responsável pelo armazenamento e monitoramento das imagens captadas pelas câmaras de videovigilância no dia a dia.

Nota-se ainda que a resposta Câmara Municipal é a segunda resposta mais frequente com 12 respostas (13%).

Quem acha que tem autorização para armazenar e monitorizar as imagens captadas no espaço público?

140 respostas

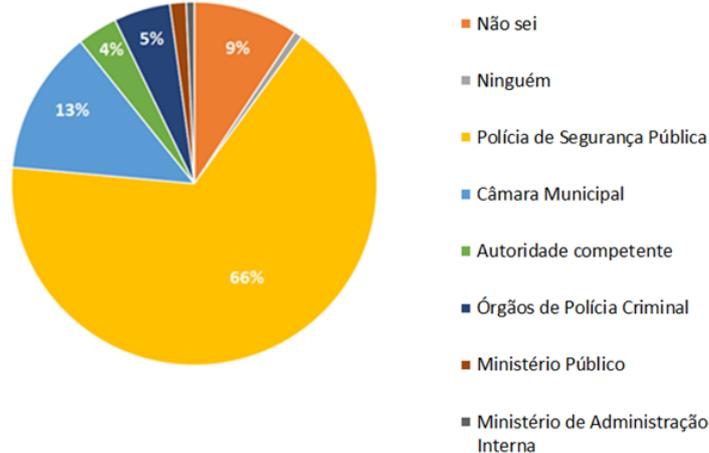


Figura 13 - Distribuição respostas à pergunta: "Quem acha que tem autorização para armazenar e monitorizar as imagens captadas no espaço público?"

$n=140$

Fonte: elaboração própria

Os inquiridos foram também questionados com base no conhecimento relativamente ao período de tempo após o qual as imagens captadas são destruídas (Figura 14).

A maioria dos inquiridos (72,1%) afirmou não saber. Seguem-se as opções "2 anos" com 14,3% e 30 dias com 9,3%.

Assim, notamos um escasso conhecimento do que está disposto na Lei 95/2021, de 29 de Dezembro, que as imagens são conservadas apenas por 30 dias, pelo que menos de 10% possui este conhecimento.

Sabe ao fim de quanto tempo as imagens captadas são destruídas?

140 respostas

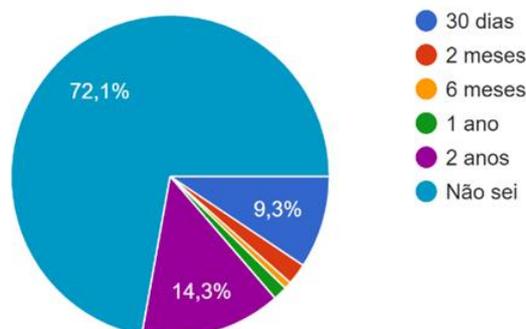


Figura 14 - Distribuição respostas à pergunta "Sabe ao fim de quanto tempo as imagens captadas são destruídas?"

n=140

Fonte: elaboração própria

Relativamente à diferença entre videovigilância pública e privada (Figura 15) onde os inquiridos tinham a possibilidade de selecionar múltiplas opções de respostas, obtiveram-se as seguintes respostas:

- Câmaras de videovigilância privada precisam de autorização para serem instaladas – 55 respostas = 39,3%;
- Câmaras de videovigilância pública captam apenas o espaço público – 84 respostas = 60%;
- Câmaras de videovigilância pública são monitorizadas pela PSP – 107 respostas;
- Câmaras de videovigilância privada não podem captar imagens do espaço público – 46 respostas = 76,4%;
- Câmaras de videovigilância públicas são monitorizadas por civis com treino para esta função – 10 respostas = 7,1%;
- As imagens referentes a videovigilância pública são armazenadas durante 2 anos – 24 respostas = 17,1%;
- Não sei / Não respondo – 18 respostas = 12,9%;

Nesta questão, as opções corretas são: “Câmaras de videovigilância pública são monitorizadas pela PSP”, “Câmaras de videovigilância pública são monitorizadas pela PSP” e “Câmaras de videovigilância privada não podem captar imagens do espaço público”. Estas opções foram, respetivamente, a primeira, segunda e quarta opção mais indicadas.

Na sua opinião, o que distingue câmaras de videovigilância públicas das privadas? Selecione as respostas que considera corretas.

140 respostas



Figura 15 - Distribuição respostas à pergunta: "Na sua opinião, o que distingue câmaras de videovigilância públicas das privadas?"

$n=140$

Fonte: elaboração própria

4.1.3. Conhecimento sobre o sistema de videovigilância da Amadora

A primeira pergunta deste conjunto temático estava relacionada com o conhecimento do inquirido sobre a eventual existência ou inexistência de câmaras de videovigilância na freguesia onde reside (Figura 16).

Aqui, 60,7% dos participantes respondeu que sabia da existência das câmaras de videovigilância na sua freguesia, o que equivale a 85 pessoas. Outros 12,9% (18 pessoas) responderam que não existiam câmaras na sua freguesia e, por fim, 37 pessoas (26,4%) afirmaram não ter conhecimento sobre o tema.

Sabe se na freguesia onde mora, existem câmaras deste tipo no espaço público?

140 respostas

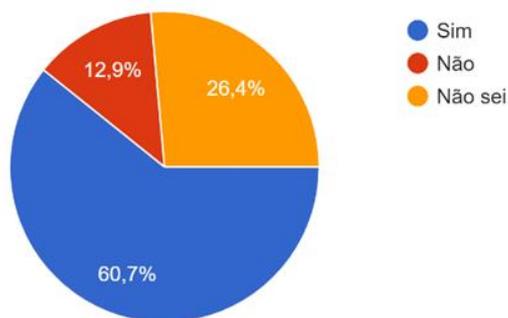


Figura 16 - Distribuição respostas à pergunta: “Sabe se na freguesia onde mora, existem câmaras deste tipo no espaço público?”

$n=140$

Fonte: elaboração própria

Relativamente ao número de câmaras instaladas no concelho da Amadora (Figura 17), 82,1% dos inquiridos (115 respostas) afirmou não saber enumerar. Segue-se a opção “100 – 149” câmaras, com 6,4% (9 respostas).

Visto que o concelho da Amadora possui 103 câmaras de videovigilância, podemos concluir que a grande maioria dos participantes (93,6%) não possui informação sobre o real número de câmaras no seu concelho de residência.

Sabe o número de câmaras de videovigilância públicas, instaladas no concelho da Amadora?

140 respostas

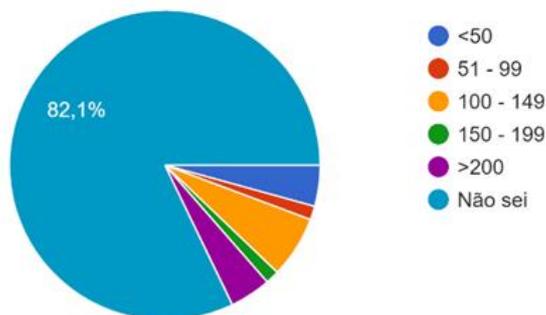


Figura 17 - Distribuição respostas à pergunta: “Sabe o número de câmaras de videovigilância públicas, instaladas no concelho da Amadora?”

$n=140$

Fonte: elaboração própria

Quando questionados sobre como souberam da existência de câmaras de videovigilância no espaço público do seu concelho de residência (Figura 18), a maioria dos participantes (78 respostas, ou seja, 55,7%) disseram ter observado as câmaras na rua. A segunda opção mais escolhida foi “comunicação social” com 34 respostas (24,3%), seguida de “redes sociais” com 10 respostas (7,1%), “os moradores do concelho foram notificados formalmente” com 5 respostas (3,6%), “família” com 4 respostas (2,9%) e “vizinhos ou amigos” com 3 respostas (2,1%).

Como soube da existência destas câmaras de videovigilância no espaço público da Amadora?

140 respostas

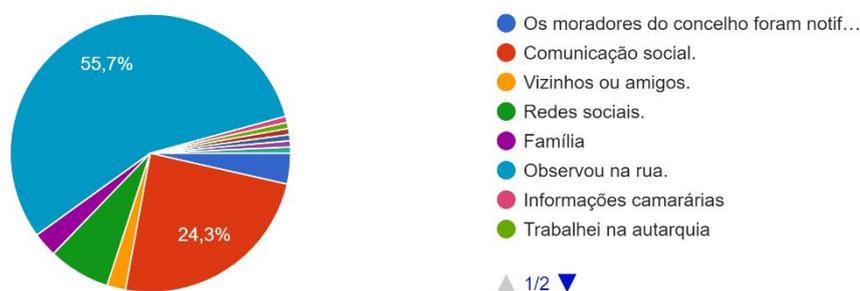


Figura 18 - Distribuição respostas à pergunta: “Como soube da existência destas câmaras de videovigilância no espaço público da Amadora?”

$n=140$

Fonte: elaboração própria

Relativamente à crença dos inquiridos no que respeita a captação de imagens 24 horas por dia por parte das câmaras de videovigilância (Figura 19), 46,4% (65 respostas) acredita que sim, apenas 12,1% (17 respostas) acredita que não, e os restantes 41,4% (58 respostas) respondeu que não sabia.

Acredita que as câmaras de videovigilância do concelho da Amadora captam imagens 24 horas por dia, todos os dias?

140 respostas

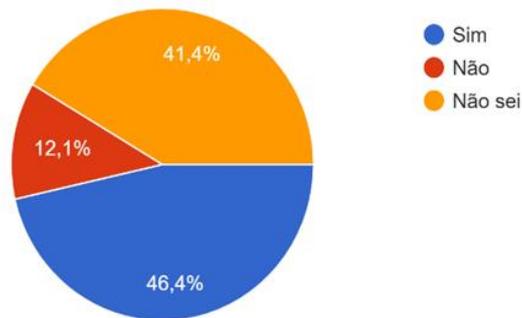


Figura 19 - Distribuição respostas à pergunta: “Acredita que as câmaras de videovigilância do concelho da Amadora captam imagens 24 horas por dia, todos os dias?”

$n=140$

Fonte: elaboração própria

Já no que diz respeito à sua opinião sobre se as imagens captadas são monitorizadas 24 horas por dia (Figura 20), apenas 27,1% (38 respostas) afirmou que sim. Aqui, a percentagem de inquiridos que respondeu “não” aumentou para 30,7% (43 respostas). Por último, 42,1% (59 respostas) afirmou não saber.

Acredita que as imagens captadas através das câmaras de videovigilância do concelho da Amadora são monitorizadas 24 horas por dia, todos os dias?

140 respostas

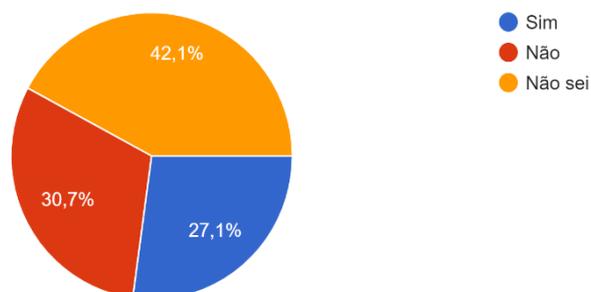


Figura 20 - Distribuição respostas à pergunta: “Acredita que as imagens captadas através das câmaras de videovigilância do concelho da Amadora são monitorizadas 24 horas por dia, todos os dias?”

n=140

Fonte: elaboração própria

No que respeita o nosso conhecimento sobre as duas perguntas anteriores a resposta é afirmativa, as câmaras de videovigilância captam imagens 24 horas por dia, todos os dias e estas imagens são por sua vez monitorizadas também elas 24 horas por dias, todos os dias.

Ao analisar os gráficos, percebe-se que a percentagem de participantes que afirmou não ter conhecimento sobre a temática manteve-se aproximadamente constante da primeira questão para a seguinte. Já a percentagem de participantes que respondeu “sim” diminuiu consideravelmente de 46,4% para 27,1%. A partir da leitura dos gráficos, podemos inferir não só um elevado nível de falta de informação sobre a temática destas questões, como também alguma desconfiança por parte dos participantes.

A última questão nesta categoria está relacionada com o conhecimento da população sobre o facto de as câmaras de videovigilância da Amadora já terem sido vandalizadas (Figura 21). A resposta mais comum foi “não sei” com 77,9% (109 respostas), seguida de “sim” com 20,7% (29 respostas), sendo que apenas os restantes 1,4% (2 respostas) responderam “não”.

As câmaras de videovigilância do concelho da Amadora já foram vandalizadas?

140 respostas

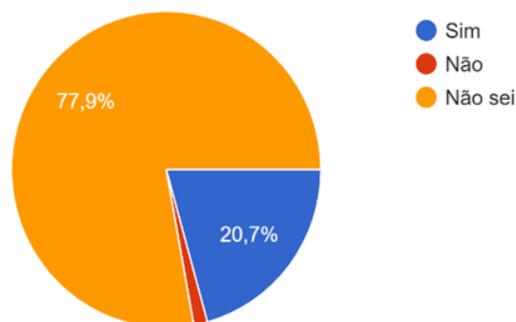


Figura 21 - Distribuição respostas à pergunta: “As câmaras de videovigilância do concelho da Amadora já foram vandalizadas?”

n=140

Fonte: elaboração própria

4.1.4. Opinião do inquirido sobre Videovigilância

Questionou-se os inquiridos sobre quais as vantagens da presença de câmaras de videovigilância (Figura 22), esta era uma questão de seleção múltipla, sendo que se obtiveram as seguintes respostas:

- Não considero que existam vantagens – 5 respostas = 3,6%;
- Prevenir crimes – 81 respostas = 57,8%;
- Desencorajar a prática de crimes – 111 respostas = 79,3%;
- Solucionar crimes que já aconteceram – 79 respostas = 56,4%;
- Detecção em tempo real de atos criminosos – 83 respostas = 59,3%;
- Aumento do sentimento de segurança por parte da população – 104 respostas = 74,3%;
- Nenhum – 0 respostas;
- Não sei / Não respondo - 0 respostas;

Para que fins considera que estas câmaras sejam proveitosas?

140 respostas

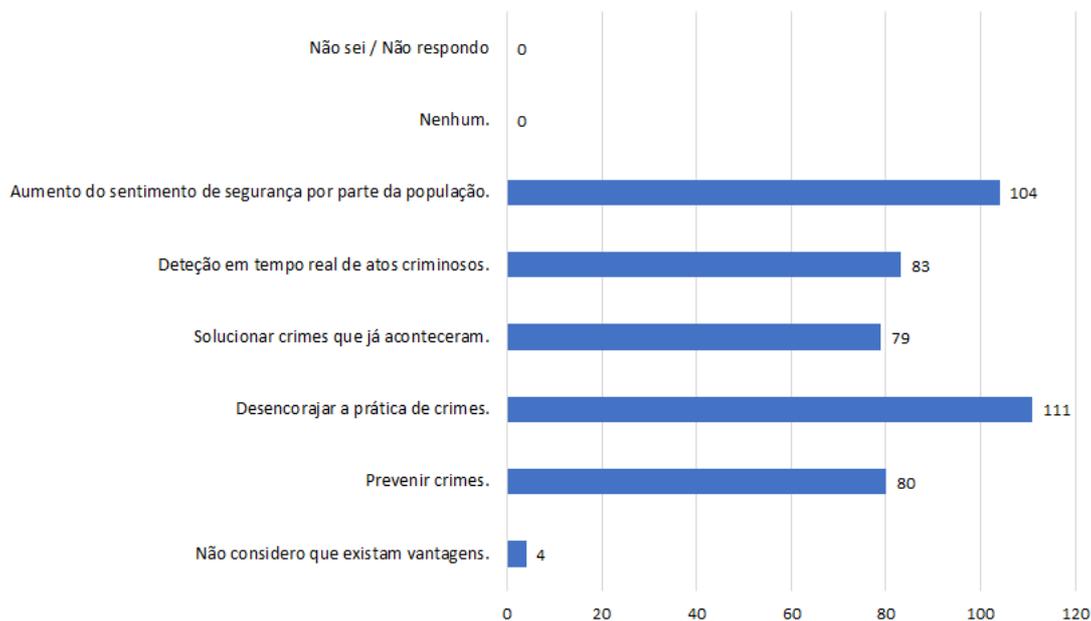


Figura 22 - Distribuição respostas à pergunta: “Para que fins considera que estas câmaras sejam proveitosas?”

$n=140$

Fonte: elaboração própria

Os participantes foram também questionados relativamente à sua opinião sobre aspetos prejudiciais resultantes da videovigilância (Figura 23), esta era uma questão de seleção múltipla, sendo que se obtiveram as seguintes respostas:

- Não é uma ferramenta eficaz na prevenção e combate ao crime – 20 respostas = 14,3%;
- Preocupações sobre o uso e armazenamento das imagens captadas – 37 respostas = 26,4%;
- Sistemas de videovigilância pública são caros – 16 respostas = 11,4%;
- Abusos de poder – 28 respostas = 20%;
- Falso sentido de segurança por parte da população – 42 respostas = 30%;
- Nenhum – 41 respostas = 29,3%;
- Não sei / Não respondo – 14 respostas = 10%.

Ao analisar as respostas a esta questão, podemos concluir que a maior preocupação no que toca à videovigilância não tem necessariamente que ver com o combate ao crime, já que apenas 20 respostas indicaram que “não é uma ferramenta eficaz na prevenção e combate ao crime”. A maioria dos inquiridos preocupa-se com questões relacionadas com as implicações da implementação de um sistema de videovigilância, como por exemplo a falsa perceção de segurança, a questão da perda de privacidade devido à captação de imagem e até mesmo abusos de poder.

Quais os aspetos que considera serem prejudiciais na videovigilância do espaço público?

140 respostas



Figura 23 - Distribuição respostas à pergunta: “Quais os aspetos que considera serem prejudiciais na videovigilância do espaço público?”

$n=140$

Fonte: elaboração própria

A última questão pertencente a esta categoria diz respeito ao grau de concordância com a instalação de câmeras de videovigilância do espaço público (Figura 24). Nesta questão foi utilizada a escala Likert de 1 a 5, sendo 1 - “Discordo totalmente” e 5 - “Concordo totalmente”.

A grande maioria dos inquiridos (95 respostas – 67,9%) selecionou grau de concordância 5, isto é, concorda totalmente. Seguindo do grau 4, “concordo”, com 27 respostas (19,3%). Grau 3, não concorda nem discorda, com 17 respostas (12,1%). Por último, grau de concordância 2, “discordo”, com 1 resposta (0,7%).

Podemos então concluir que a vasta maioria dos participantes (87,2%) concorda com a videovigilância do espaço público.

Indique qual o seu grau de concordância relativamente à videovigilância do espaço público?

140 respostas

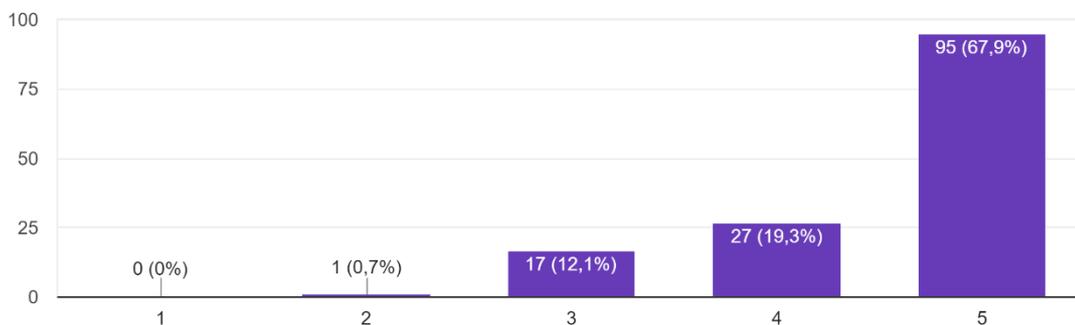


Figura 24 - Distribuição respostas à pergunta: “Indique qual o seu grau de concordância relativamente à videovigilância do espaço público?”

$n=140$

Fonte: elaboração própria

4.1.5. Opinião do inquirido sobre Videovigilância na Amadora

Foi pedido aos participantes que indicassem qual o seu grau de satisfação com o atual sistema de videovigilância na freguesia em que residiam (Figura 25). Nesta questão foi utilizada a escala Likert de 1 a 5, sendo 1 - “Muito insatisfeito” e 5 - “Muito satisfeito”. Foram obtidos os seguintes resultados:

- Grau 1 (muito insatisfeito) – 8% (11 respostas);
- Grau 2 (insatisfeito) – 12,4% (17 respostas);
- Grau 3 (nem satisfeito nem insatisfeito) – 38% (52 respostas);
- Grau 4 (satisfeito) – 20,4% (28 respostas);
- Grau 5 (muito satisfeito) – 21,2% (29 respostas).

Ao analisar os dados deste gráfico (Figura 25), percebemos que a percentagem de participantes que demonstram insatisfação para com o atual sistema de videovigilância da sua freguesia em que residem é minoritária (20,4%), comparada com a população satisfeita (41,6%) esta apresenta-se como o dobro.

Qual o seu grau de satisfação com o atual sistema de videovigilância da freguesia em que reside?
137 respostas

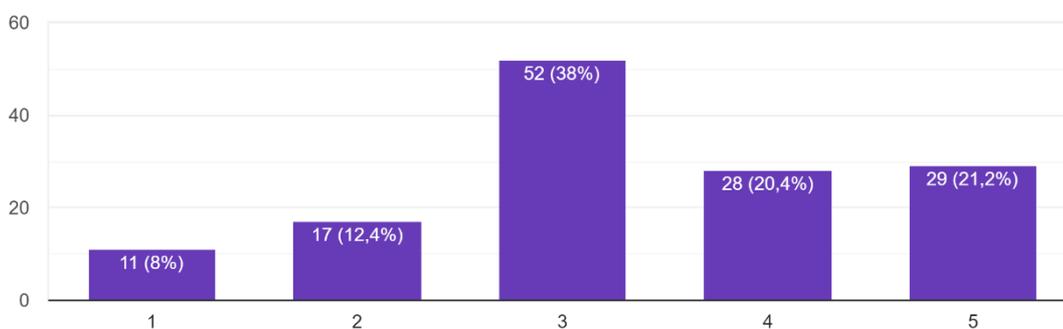


Figura 25 - Distribuição respostas à pergunta: “Qual o seu grau de satisfação com o atual sistema de videovigilância da freguesia em que reside?”

$n=140$

Fonte: elaboração própria

De seguida, questionou-se os participantes quanto ao seu grau de concordância com a instalação de mais câmaras (Figura 26). Nesta questão foi utilizada a escala Likert de 1 a 5, sendo 1 - “Discordo totalmente” e 5 - “Concordo totalmente”. Foram obtidos os seguintes resultados:

- Grau 1 (discordo totalmente) – 2,1% (3 respostas);
- Grau 2 (discordo) – 3,6% (5 respostas);
- Grau 3 (não concordo nem discordo) – 8,6% (12 respostas);
- Grau 4 (concordo) – 10,7% (15 respostas);
- Grau 5 (concordo totalmente) – 75% (105 respostas).

Relativamente a esta questão, a vasta maioria dos participantes (85,7%) demonstra concordar com a instalação de mais câmaras no concelho da Amadora, o que pode eventualmente ser sustentado pelo facto de uma grande percentagem dos inquiridos concordar com a videovigilância do espaço público.

Na sua opinião, o concelho da Amadora devia proceder à instalação de mais câmaras?

140 respostas

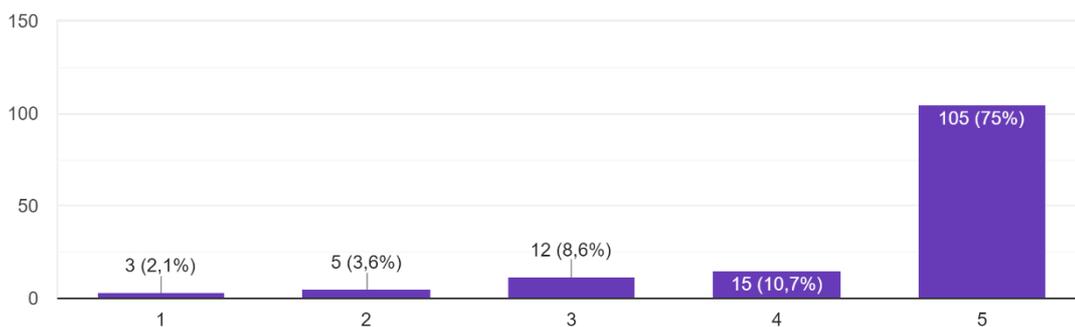


Figura 26 - Distribuição respostas à pergunta: “Na sua opinião, o concelho da Amadora devia proceder à instalação de mais câmaras?”

$n=140$

Fonte: elaboração própria

Por último, nesta categoria, procurou-se saber qual a perceção dos inquiridos relativamente à evolução da taxa de criminalidade no concelho da Amadora desde a instalação das câmaras de videovigilância em 2017 (Figura 27). Cerca de 32,1% dos participantes (45 respostas) respondeu que considerava que a tendência da taxa de criminalidade fosse decrescente, 21,4% (30 respostas) respondeu ser constante, 10,7% (15 respostas) afirmou ser crescente. Os restantes 35,7% (50 respostas) admitiram não saber.

Segundo dados do PORDATA, o total de crimes registados pelas forças policiais no concelho da Amadora tem vindo a decrescer desde 2017, inferindo-se assim que o sistema de videovigilância implementado tem contribuído para o combate à atividade criminosa.

O sistema de videovigilância da Amadora foi instalado em 2017. Desde então, qual considera ser a tendência da taxa de criminalidade na Amadora?

140 respostas

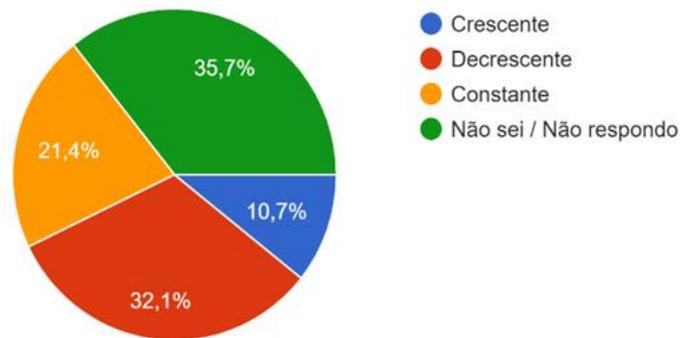


Figura 27 - Distribuição respostas à pergunta: “O sistema de videovigilância da Amadora foi instalado em 2017. Desde então, qual considera ser a tendência da taxa de criminalidade na Amadora?”

$n=140$

Fonte: elaboração própria

4.1.6. Experiência pessoal com CCTV

Quando questionados sobre se alteraram algum dos seus comportamentos devido à instalação das câmaras de videovigilância (Figura 28), a vasta maioria dos inquiridos respondeu que não (94,3%, isto é, 132 respostas), 5 participantes responderam que sim (3,6%) e outros 3 (2,1%) responderam “não sei / não respondo”.

Mudou algum dos seus comportamentos após a instalação das câmaras de videovigilância?
140 respostas

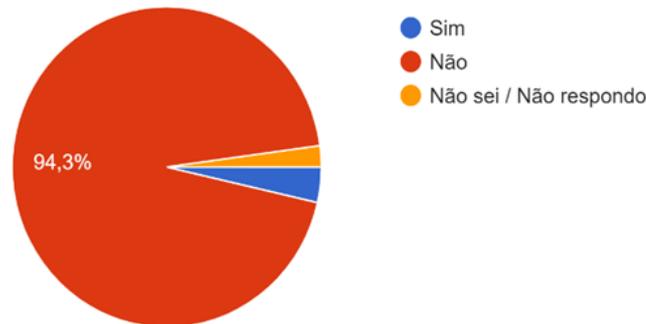


Figura 28 - Distribuição respostas à pergunta: “Mudou algum dos seus comportamentos após a instalação das câmaras de videovigilância?”

$n=140$

Fonte: elaboração própria

Por fim, questionou-se os participantes sobre se já tinham vivenciado alguma experiência na qual a presença de câmaras de videovigilância pública tivesse sido relevante (Figura 29). A maioria dos participantes respondeu que não (85,7% ou seja, 120 respostas), 13 participantes responderam que sim (9,3%) e outros 7 (5%) responderam “não sei / não respondo”.

Teve oportunidade de vivenciar uma experiência na qual a presença de câmaras de videovigilância pública foi relevante?

140 respostas

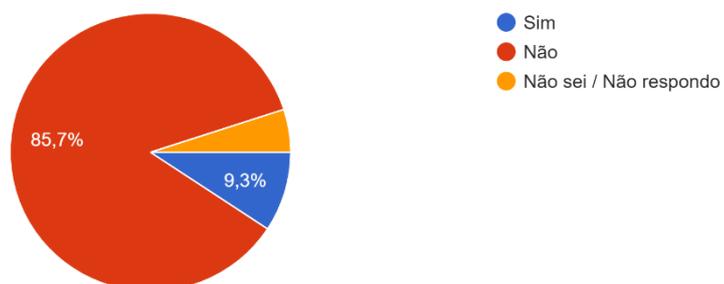


Figura 29 - Distribuição respostas à pergunta: "Teve oportunidade de vivenciar uma experiência na qual a presença de câmaras de videovigilância pública foi relevante?"

$n=140$

Fonte: elaboração própria

4.2. Análise e discussão dos resultados específicos

Após uma primeira análise aos resultados gerais, procedeu-se a uma análise mais aprofundada dos mesmos através da verificação de existência de correlação entre variáveis, de modo a obter resposta às hipóteses formuladas no capítulo anterior.

Para proceder a esta análise, foi utilizado o teste de Qui-Quadrado de Pearson. Este tratamento estatístico foi realizado através do software SPSS (licença fornecida pelo ISCTE-IUL).

Hipótese 1 “ –A idade do indivíduo condiciona a sua opinião sobre a videovigilância do espaço público.”

No que diz respeito à opinião dos participantes sobre videovigilância do espaço público relativamente à sua idade, podemos afirmar que não existe uma relação direta entre estas duas variáveis, facto esse que pode ser comprovado pelo valor de significância do Teste Qui-Quadrado ($\alpha=0,088$, valor superior a $\text{sig}= 0,05$, ou seja, não se rejeita a hipótese nula H_0 : “as variáveis são independentes”). Conclui-se então que a idade do participante não influencia a sua opinião (favorável ou não) no que toca à videovigilância.

Hipótese 2 “ –A escolaridade do indivíduo influencia a sua opinião sobre a videovigilância do espaço público.”

No que diz respeito à opinião dos participantes sobre videovigilância do espaço público relativamente ao seu nível de escolaridade, podemos afirmar que não existe uma relação direta entre estas duas variáveis, comprovado pelo valor de significância do Teste Qui-Quadrado ($\alpha=0,311$, valor superior a $\text{sig}= 0,05$, ou seja, não se rejeita a hipótese nula H_0 : “as variáveis são independentes”). Conclui-se então que o nível de escolaridade do participante não influencia a sua opinião (favorável ou não) no que toca à videovigilância.

Hipótese 3 “ –A opinião do indivíduo no que toca à videovigilância do espaço público é condicionada pela existência de experiência pessoal com as câmaras de videovigilância.”

No que diz respeito à opinião dos participantes sobre videovigilância do espaço público relativamente à existência de experiências pessoais em que a presença de câmaras de videovigilância foi relevante, podemos afirmar que existe uma relação direta entre estas duas variáveis, comprovado pelo valor de significância do Teste Qui-Quadrado ($\alpha=0,021$, valor inferior a $\text{sig}= 0,05$, isto é, rejeita-se a hipótese nula H_0 : “as variáveis são

independentes”). Pelo que se pode concluir que a existência de experiências pessoais em que a presença de câmaras de videovigilância foi relevante condiciona a opinião dos participantes no que respeita à videovigilância do espaço público.

Tabela 2 - Grau de concordância com videovigilância do espaço público relativamente à experiência pessoal na qual câmaras de videovigilância foram relevantes

Fonte: elaboração própria

		Experiência pessoal na qual as câmaras de videovigilância foram relevantes						Total	
		Sim		Não		respondo			
		N	%	N	%	N	%	N	%
Grau de concordância com videovigilância do espaço público	2	1	7,7%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,7%
	3	1	7,7%	16	13,3%	0	0,0%	17	12,1%
	4	1	7,7%	26	21,7%	0	0,0%	27	19,3%
	5	10	76,9%	78	65,0%	7	100,0%	95	67,9%
Total		13	100,0%	120	100,0%	7	100,0%	140	100,0%

Ao analisar a Tabela 2, uma tabela de frequências que cruza estas duas variáveis (“experiência pessoal qual as câmaras de videovigilância foram relevantes”, bem como “grau de concordância com videovigilância do espaço público”), percebemos que 76,9% dos inquiridos que já tiveram experiências com câmaras de CCTV apresentam um grau de concordância com videovigilância do espaço público de 5 “concordo totalmente”. Podemos então inferir que alguém que já passou por uma experiência na qual a presença de câmaras CCTV foi pertinente, é tendencialmente mais favorável à videovigilância do espaço público.

Hipótese 4 “ –A concordância com instalação de mais câmaras está relacionada com a opinião do indivíduo sobre a videovigilância.”

No que diz respeito à concordância dos participantes com a instalação de mais câmaras de videovigilância relativamente à sua opinião sobre a videovigilância do espaço público, observamos que existe uma relação direta entre estas duas variáveis, facto que é comprovado pelo valor de significância do Teste Qui-Quadrado ($\alpha < 0,001$, valor inferior a $\text{sig} = 0,05$, isto é, rejeita-se a hipótese nula H_0 : “as variáveis são independentes”). Concluindo-se assim que a concordância dos participantes com a instalação de mais câmaras de videovigilância e a sua opinião pessoal sobre a videovigilância do espaço público estão relacionadas.

Tabela 3 - Grau de concordância com videovigilância do espaço público relativamente ao grau de concordância com a instalação de mais câmaras

Fonte: elaboração própria

	Grau de concordância com instalação de mais câmaras										Total		
	1		2		3		4		5				
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Grau de concordância com videovigilância do espaço público	2	1	33,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,7%
	3	2	66,7%	4	80,0%	4	33,3%	3	20,0%	4	3,8%	17	12,1%
	4	0	0,0%	1	20,0%	3	25,0%	9	60,0%	14	13,3%	27	19,3%
	5	0	0,0%	0	0,0%	5	41,7%	3	20,0%	87	82,9%	95	67,9%
Total		3	100,0%	5	100,0%	12	100,0%	15	100,0%	105	100,0%	140	100,0%

Ao analisar a Tabela 3, tabela de frequências que cruza estas duas variáveis (“grau de concordância com instalação de mais câmaras”, bem como “grau de concordância com videovigilância do espaço público”), podemos constatar que parece haver uma tendência dos participantes que menos concordam com a instalação de mais câmaras, serem também menos favoráveis à videovigilância do espaço público. Sendo que o inverso também se parece verificar, já que à medida que o grau de concordância com a videovigilância aumenta, o grau de concordância com instalação de mais câmaras também aumenta, com 60% dos inquiridos a responderem grau 4 (“concordo”) e 82,9% dos inquiridos a responderem grau 5 (“concordo totalmente”).

Hipótese 5 “ –A satisfação do indivíduo no que toca à videovigilância atual da sua freguesia de residência, influencia a sua vontade de instalação de mais câmaras.”

No que diz respeito à concordância dos participantes com a instalação de mais câmaras de videovigilância relativamente à satisfação dos indivíduos sobre o atual sistema de videovigilância na sua freguesia de residência, podemos verificar que não existe relação direta entre estas variáveis, este facto é comprovado pelo valor de significância do Teste Qui-Quadrado ($\alpha=0,134$, valor superior a $\text{sig}= 0,05$, pelo que não se rejeita a hipótese nula H_0 : “as variáveis são independentes”). Podemos então concluir que a satisfação dos participantes com o atual sistema de videovigilância na sua freguesia de residência, em nada influencia a sua opinião no que toca à instalação de mais câmaras.

Tabela 4 - Grau de satisfação com o atual sistema de videovigilância da freguesia de residência relativamente ao grau de concordância com instalação de mais câmaras

Fonte: elaboração própria

	Grau de concordância com instalação de mais câmaras										Total		
	1		2		3		4		5				
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Grau de satisfação com o atual sistema de videovigilância da freguesia de residência	1	1	33,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	10	9,7%	11	8,0%
	2	1	33,3%	1	20,0%	0	0,0%	1	7,1%	14	13,6%	17	12,4%
	3	1	33,3%	3	60,0%	9	75,0%	7	50,0%	32	31,1%	52	38,0%
	4	0	0,0%	1	20,0%	3	25,0%	4	28,6%	20	19,4%	28	20,4%
	5	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	14,3%	27	26,2%	29	21,2%
Total		3	100,0%	5	100,0%	12	100,0%	14	100,0%	103	100,0%	137	100,0%

Contudo, podemos verificar (Tabela 4) que parece haver uma tendência, ainda que não seja estatisticamente significativa, dos participantes que mais discordam com a instalação de mais câmaras, serem também aqueles que menos satisfeitos estão com o atual sistema de videovigilância da sua freguesia. Quiçá esta seja uma possível tendência que se deva ao facto de estes inquiridos não concordarem de todo com a videovigilância do espaço público.

Hipótese 6 “ –A opinião do indivíduo sobre videovigilância do espaço público condiciona os seus comportamentos.”

No que diz respeito à opinião dos inquiridos sobre a videovigilância do espaço público relativamente à alteração dos seus comportamentos, verifica-se que existe uma relação direta entre estas variáveis, sendo este facto comprovado pelo valor de significância do Teste Qui-Quadrado ($\alpha < 0,001$, valor inferior a $\text{sig} = 0,05$, rejeitando-se assim a hipótese nula H_0 : “as variáveis são independentes”). Podemos então afirmar que a opinião do inquirido sobre a videovigilância do espaço público condiciona de facto os seus comportamentos.

Tabela 5 - Mudança no comportamento após instalação de câmaras de videovigilância relativamente ao grau de concordância com videovigilância do espaço público

Fonte: elaboração própria

		Grau de concordância com a videovigilância do espaço público								Total	
		2		3		4		5			
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Mudança no comportamento após instalação de câmaras de videovigilância	Sim	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	4,2%	5	3,6%
	Não	0	0,0%	16	94,1%	27	100,0%	89	93,7%	132	94,3%
	Não sei / Não respondo	0	0,0%	1	5,9%	0	0,0%	2	2,1%	3	2,1%
Total		1	100,0%	17	100,0%	27	100,0%	95	100,0%	140	100,0%

É importante referir que as pessoas que responderam que alteraram o seu comportamento após a instalação de câmaras de videovigilância se encontram divididas em lados opostos do espectro de concordância com a videovigilância do espaço público (Tabela 5). Num total de 5 respostas “sim” no que toca à mudança de comportamento, 1 desses participantes escolheu grau 2 (“discordo”) para caracterizar a sua opinião no que toca à videovigilância do espaço público, sendo que os outros 4 participantes apresentam um grau 5 (“concordo totalmente”). É possível que esta mudança de comportamento nos participantes menos favoráveis à videovigilância esteja ligada à sua desconfiança com a captação e monitorização de imagens do espaço público o que pode levar estes indivíduos a questionar a veracidade da sua privacidade no dia a dia. Por outro lado, os participantes

que são bastante favoráveis em matéria de videovigilância, alteram também o seu comportamento, quiçá por sentirem uma maior segurança devido à presença das câmaras de videovigilância.

Capítulo 5 – Conclusões e recomendações

5.1. Principais conclusões

O presente estudo teve como questão de investigação “Qual o nível de conhecimento, aceitação e as preocupações da população residente no concelho da Amadora para com o sistema de videovigilância atualmente implementado?”. Com esta pergunta em mente, foi elaborado um questionário sobre a videovigilância no concelho da Amadora, aplicado aos seus residentes e que permitisse avaliar tópicos como a sua opinião sobre videovigilância em geral, satisfação com o atual sistema de videovigilância do concelho, a literacia no âmbito da videovigilância, bem como as suas preocupações no que toca a esta temática.

O enquadramento teórico proporcionou um contexto geral da videovigilância a nível mundial, bem como justificar o atual contexto nacional. Percebe-se que a videovigilância tenha sido um tema pouco discutido pelo povo português até ao séc. XXI muito por causa do regime ditatorial e opressivo que governou o país desde 1933 até 1974. Muitos portugueses encaravam a videovigilância como um retorno ao passado e não como uma ferramenta de combate ao crime.

Contudo, a videovigilância apresentava ser uma ferramenta eficaz de combate ao crime até mesmo na Europa e em 2009, apesar de alguma desconfiança, as primeiras câmaras de vigilância públicas foram então instaladas no país. Só anos mais tarde em 2017 foram instaladas as câmaras de videovigilância no concelho da Amadora.

A partir desse ano, o número de crimes registados neste concelho tem vindo a diminuir de ano para ano. E percebemos através deste estudo, que esta é também a perceção de 32,1% dos inquiridos, superando a percentagem de inquiridos que respondeu que esta tendência era na realidade crescente ou constante, mas não ultrapassando a percentagem de participantes que admitiram não saber qual a tendência da criminalidade no seu concelho. O que leva a concluir que os inquiridos não detêm uma enorme literacia sobre a videovigilância na sua área de residência.

No entanto, os participantes entendem o propósito da videovigilância sendo que a grande maioria associa as câmaras de videovigilância a pontos como vigiar o espaço público com 56%, manter/melhorar a segurança com 25% e prevenir ou desencorajar a prática de crimes com 11%.

Verificou-se também que a maioria dos participantes deste estudo demonstra ser favorável à videovigilância, já que 87,2% responderam de forma positiva no que toca a esta temática, o que permite aplicar medidas neste sentido como a instalação de mais câmaras.

Por último, um tema tão impactante e atual como a videovigilância do espaço público não possui apenas vantagens, e como tal os inquiridos demonstram algumas preocupações no que toca a questões relacionadas com as implicações da implementação de um sistema de videovigilância, como por exemplo a falsa perceção de segurança, a perda de privacidade no dia a dia devido à captação de imagem e até mesmo abusos de poder.

Posto isto, podemos afirmar que a questão de investigação central foi respondida, bem como os objetivos principais que passam pela avaliação do nível de conhecimento, aceitação e as preocupações da população residente no concelho da Amadora para com o sistema de videovigilância atualmente implementado.

Contudo, o presente estudo não está isento de limitações, o volume reduzido da amostra, a sua não representatividade e a inquirição de sujeitos anónimos utilizadores da internet cujo efetivo local de residência não foi verificado por além da declaração dos mesmos. Porém o estudo enquadra-se num corpus ainda incipiente de investigações e conhecimento sobre o fenómeno e a sua aplicação em Portugal.

Em particular a investigação curada de experiências de profissionais e de cidadãos é um elemento inovador que aqui foi explorado e resulta merecedor de estudos mais aprofundados e extensivos.

5.2. Contributos para a comunidade científica e empresarial

Por se tratar de um tema de tal forma atual e relevante, este estudo é importante e pode contribuir com uma base teórica e um ponto de partida para futuros investigadores que, ao darem continuidade ao trabalho aqui iniciado, poderão impactar futuras decisões governamentais no que toca à videovigilância na zona geográfica em estudo.

5.3. Limitações do estudo

A grande limitação deste estudo é a amostragem. Isto porque a amostra estudada e analisada não é de todo representativa da população residente no concelho da Amadora.

Em segundo lugar, o facto de não ter havido resposta da Câmara Municipal da Amadora à tentativa de contacto também limitou o âmbito e alcance deste estudo, já que este Órgão Governamental, poderia eventualmente ter fornecido dados adicionais aos encontrados na revisão de literatura e poderia ter facilitado o contacto com forças policiais, mais precisamente com a Polícia de Segurança Pública, o que teria dado a esta investigação uma maior amplitude de hipóteses a serem estudadas aumentando assim o âmbito da investigação.

Por último, apesar de relacionado com o ponto anterior, foi realizada uma entrevista informal com um agente da P.S.P. que trabalha diretamente na monitorização das imagens captadas pelas câmaras de videovigilância. Apesar de útil como verificação de informação e de estabelecer um ponto de partida para a elaboração do inquérito que acabou por ser o principal instrumento de recolha de dados para análise, devido ao carácter anónimo no qual esta entrevista foi conduzida, limitou de certa forma a informação que pode ser recolhida.

5.4. Propostas de investigação futura

Vivemos numa sociedade cada vez mais tecnológica onde a vasta maioria da população possui uma pegada digital. Qualquer pessoa é passível de ser encontrada online, e com isso começa-se a perder alguma privacidade. Quando aliado a uma sociedade tecnológica onde a preocupação com a privacidade se torna constante, um sistema de videovigilância pode não ser bem aceite pela população. Por esse motivo, esta dissertação trata um tema bastante atual e relevante.

Este estudo tentou perceber qual o nível de conhecimento, aceitação e as preocupações da população da Amadora no que toca à videovigilância, mas certamente tem espaço para crescer. Futuros investigadores poderão pegar no que aqui encontrarem e aprofundar ainda mais esta investigação por exemplo adicionando novas componentes a serem estudadas, quiçá focar estritamente num só tema como a literacia, a aceitação ou as preocupações da população, ou até mesmo avaliar a relevância dos dados e conclusões aqui retirados.

Além disso, poderá ser interessante numa futura investigação estudar não só a perceção da população como foi o caso deste estudo, mas também auscultar a perceção e opinião das forças de segurança no que toca à temática da videovigilância. Podendo eventualmente ser do interesse do investigador ter o apoio da Câmara Municipal da Amadora no processo.

Referências Bibliográficas

- Armitage, R., Smyth, G., & Pease, K. (1999). Burnley CCTV evaluation. *Surveillance of public space: CCTV, street lighting and crime prevention*, 10, 225-50.
- Axis Communications (2021). *Lightfinder | Axis Communications*. Axis.com. (2021). Retrieved 31 December 2021, from <https://www.axis.com/solutions/lightfinder>.
- Axis Communications (2021). *Wide Dynamic Range - WDR | Axis Communications*. Axis.com. (2021). Retrieved 31 December 2021, from <https://www.axis.com/solutions/wide-dynamic-range-wdr>.
- Babbie, E. (1990). *Survey Research Methods* (2nd ed.). Belmont, CA: Cengage Learning, Inc.
- Bosch Security and Safety Systems I Latin America. (2021). *Apresentação das câmeras IP 3000i*. Retrieved 31 December 2021, from <https://www.boschsecurity.com/xl/pt/solucoes/sistemas-de-video/cameras-ip-3000i/>.
- Chiao-Fe Shu, Hampapur, A., Max Lu, Brown, L., Connell, J., Senior, A., & Yingli Tian. (2005). IBM smart surveillance system (S3): a open and extensible framework for event based surveillance. *Proceedings. IEEE Conference On Advanced Video And Signal Based Surveillance, 2005*. <https://doi.org/10.1109/avss.2005.1577288>
- Dados, U. CNPD. Cnpd.pt. Retrieved 1 January 2022, from <https://www.cnpd.pt/organizacoes/areas-tematicas/videovigilancia/>.
- Dearnley C. (2005). A reflection on the use of semi-structured interviews. *Nurse researcher*, 13(1), 19–28. <https://doi.org/10.7748/nr2005.07.13.1.19.c5997>
- Francisco, S. (2005). Carrilho quer videovigilância em "zonas críticas" de Lisboa. DN. Retrieved 1 January 2022, from <https://www.dn.pt/arquivo/2005/carrilho-quer-videovigilancia-em-zonas-criticas-de-lisboa-619285.html>.
- Frois, C. (2013). *Peripheral vision: Politics, technology, and surveillance* (Vol. 22). Berghahn Books.
- Goold, B. (2004). *CCTV and policing*. Oxford University Press.
- Harford, T. (2020). How worried should we be about 'Big Brother' technology?. BBC News. Retrieved 2 February 2022, from <https://www.bbc.com/news/business-50673770>.
- Hundt, R. (2014). *Saving Privacy - Boston Review*. Boston Review. Retrieved 5 February

- 2022, from <https://bostonreview.net/forum/reed-hundt-saving-privacy/>.
- Koop, A. (2021). *Mapped: The Top Surveillance Cities Worldwide*. Visual Capitalist. Retrieved 2 February 2022, from <https://www.visualcapitalist.com/mapped-the-top-surveillance-cities-worldwide/>.
- Lopes, M. (2021). Desde 2013, videovigilância na rua passou de 38 para mais de 850 câmaras autorizadas. PÚBLICO. Retrieved 1 January 2022, from <https://www.publico.pt/2021/09/20/politica/noticia/desde-2013-videovigilancia-rua-passou-38-850-camaras-autorizadas-1978004>.
- Mordor Intelligence (2021). *Global Video Surveillance System Market | 2021 - 26 | Industry Share, Size, Growth - Mordor Intelligence*. Mordorintelligence.com. (2021). Retrieved 26 December 2021, from <https://www.mordorintelligence.com/industry-reports/global-video-surveillance-market-industry>.
- Pardal, L., & Correia, E. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal.
- Pereira, L. (2017). *Políticas de segurança e a videovigilância urbana - o caso da Amadora*. Hdl.handle.net. Retrieved 2 January 2022, from <http://hdl.handle.net/10400.26/35180>.
- Pordata. População que reporta ocorrências de crime, violência e vandalismo na sua área (%). Pordata.pt. Retrieved 1 January 2022, from [https://www.pordata.pt/Europa/Popula%a7%c3%a3o+que+reporta+ocorr%caancias+de+crime++viol%caancia+e+vandalismo+na+sua+%a1rea+\(percentagem\)-3587](https://www.pordata.pt/Europa/Popula%a7%c3%a3o+que+reporta+ocorr%caancias+de+crime++viol%caancia+e+vandalismo+na+sua+%a1rea+(percentagem)-3587).
- Purnell, L. (2019). *A World With a Billion Cameras Watching You Is Just Around the Corner*. WSJ. Retrieved 2 February 2022, from <https://www.wsj.com/articles/a-billion-surveillance-cameras-forecast-to-be-watching-within-two-years-11575565402>.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Solove, D. (2008). *Understanding Privacy*. Harvard University Press. Retrieved 5 February 2022, from <https://ssrn.com/abstract=1127888>.

- Sousa, J. (2009). *Videovigilância e prevenção da criminalidade* (Mestrado em Ciências Militares). Academia Militar.
- Surfshark (2021). *Surveillance Cities - Surfshark*. Surfshark. (2021). Retrieved 26 December 2021, from <https://surfshark.com/surveillance-cities>.
- Taurion, C. (2009). *Cloud computing-computação em nuvem*. Brasport.
- von Hirsch, A., Garland, D., & Wakefield, A. (Eds.). (2000). *Ethical and social perspectives on situational crime prevention* (Vol. 1). Hart Publishing
- Welsh, B., & Farrington, D. (2009). Public Area CCTV and Crime Prevention: An Updated Systematic Review and Meta-Analysis. *Justice Quarterly*, 26(4), 716-745. <https://doi.org/10.1080/07418820802506206>
- ZAP Notícias (2021). De 40 para 850. Câmaras de videovigilância nas ruas portuguesas disparam em oito anos. ZAP Notícias. (2021). Retrieved 1 January 2022, from <https://zap.aeiou.pt/camaras-de-videovigilancia-nas-ruas-portuguesas-disparam-em-oito-anos-432676>.

Anexos

Anexo A – Guião da Entrevista

1. Pode descrever-me um pouco o seu percurso profissional e quais as suas funções atuais?

Teve algum curso ou formação em CCTV para desempenhar o trabalho que faz atualmente?

2. No que consiste o seu trabalho atual e é desenvolvido em grupos/turnos ou individualmente?

3. Como se processa a gestão das imagens, armazenamento e direito de acesso? Como e quem pode ter acesso?

4. Que características têm estas câmaras do ponto de vista técnico?

5. Alguma vez tentaram roubar ou vandalizar as câmaras de videovigilância?

6. Como se processa a situação na central onde trabalha, caso detetem algo suspeito nas imagens. Qual é o protocolo?

7. O que acontece às imagens de ocorrências que não são relativas a crimes?

8. As equipas que trabalham na monitorização das imagens também patrulham e intervêm no terreno?

9. Que tipo de incidências são mais fáceis de detetar através das camaras? Quais mais difíceis?

10. Qual a sua opinião sobre a relação entre a incidência de episódios de criminalidade e o sistema de videovigilância na Amadora?

11. Qual a sua perceção sobre a reação da população à implementação do sistema de videovigilância na Amadora?

Anexo B – Questionário

Videovigilância na Amadora

O presente questionário faz parte de uma investigação para uma Dissertação do Mestrado em Gestão de Sistemas de Informação do ISCTE-IUL. A investigação tem como objetivo analisar as oportunidades e ameaças de um sistema de videovigilância no concelho da Amadora, bem como a perceção da comunidade sobre este tipo de sistema.

A sua participação é voluntária, mas de extrema importância para o sucesso desta dissertação. As suas respostas são anónimas e confidenciais, destinando-se unicamente ao estudo em questão. Para participar neste estudo deve apenas ter mais de 18 anos e ser residente no concelho da Amadora.

Obrigado.

*Obrigatório

1. É morador do concelho da Amadora? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Secção sem título

2. Qual a sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

<18

18 - 21

22 - 29

30 - 39

40 - 49

50 - 59

60 - 69

>70

Traço do Perfil Sociodemográfico

3. Indique o seu género. *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
 Feminino
 Outro

4. Indique qual o seu mais elevado grau de escolaridade terminado? *

Marcar apenas uma oval.

- 1º Ciclo
 2º Ciclo
 3º Ciclo
 Ensino Secundário
 Licenciatura
 Mestrado
 Doutoramento

5. Qual a sua situação profissional atual? *

Marcar apenas uma oval.

- Desempregado
 Trabalhador por conta de outrem
 Trabalhador por conta própria
 Estudante
 Trabalhador Estudante
 Reformado

6. Qual a freguesia onde habita? *

Marcar apenas uma oval.

- Águas Livres
- Alfragide
- Encosta do Sol
- Falagueira Venda-Nova
- Mina de Água
- Venteira

Videovigilância

7. Já observou câmaras deste tipo no espaço público? *



Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

8. Se sim, sabe qual a sua função?

9. Sabe se na freguesia onde mora, existem câmaras deste tipo no espaço público? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sei

10. Quem acha que tem autorização para armazenar e monitorizar as imagens captadas no espaço público? *

11. Na sua opinião, o que distingue câmaras de videovigilância públicas das privadas? Selecione as respostas que considera corretas. *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Câmaras de videovigilância privada precisam de autorização para serem instaladas.
 Câmaras de videovigilância pública captam apenas o espaço público.
 Câmaras de videovigilância pública são monitorizadas pela PSP.
 Câmaras de videovigilância privada não podem captar imagens do espaço público.
 Câmaras de videovigilância públicas são monitorizadas por civis com treino para esta função.
 As imagens referentes a videovigilância pública são armazenadas durante 2 anos.
 Não sei / Não respondo

12. Para que fins considera que estas câmaras sejam proveitosas? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Não considero que existam vantagens.
- Prevenir crimes.
- Desencorajar a prática de crimes.
- Solucionar crimes que já aconteceram.
- Deteção em tempo real de atos criminosos.
- Aumento do sentimento de segurança por parte da população.
- Nenhum.
- Não sei / Não respondo
- Outra: _____

13. Quais os aspetos que considera serem prejudiciais na videovigilância do espaço público? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Não é uma ferramenta eficaz na prevenção e combate ao crime.
- Preocupações sobre o uso e armazenamento das imagens captadas.
- Sistemas de videovigilância pública são caros.
- Abusos de poder.
- Falso sentido de segurança por parte da população.
- Nenhum.
- Não sei / Não respondo
- Outra: _____

14. Sabe ao fim de quanto tempo as imagens captadas são destruídas? *

Marcar apenas uma oval.

- 30 dias
- 2 meses
- 6 meses
- 1 ano
- 2 anos
- Não sei

15. Indique qual o seu grau de concordância relativamente à videovigilância do espaço público? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

Videovigilância no Concelho da Amadora

16. Qual o seu grau de satisfação com o atual sistema de videovigilância da freguesia em que reside?

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito insatisfeito	<input type="radio"/>	Muito satisfeito				

17. Sabe o número de câmaras de videovigilância públicas, instaladas no concelho da Amadora? *

Marcar apenas uma oval.

- <50
- 51 - 99
- 100 - 149
- 150 - 199
- >200
- Não sei

18. Como soube da existência destas câmaras de videovigilância no espaço público da Amadora? *

Marcar apenas uma oval.

- Os moradores do concelho foram notificados formalmente.
- Comunicação social.
- Vizinhos ou amigos.
- Redes sociais.
- Família
- Observou na rua.
- Outra: _____

19. Acredita que as câmaras de videovigilância do concelho da Amadora captam imagens 24 horas por dia, todos os dias? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei

20. Acredita que as imagens captadas através das câmaras de videovigilância do concelho da Amadora são monitorizadas 24 horas por dia, todos os dias? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei

21. As câmaras de videovigilância do concelho da Amadora já foram vandalizadas? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sei

22. Na sua opinião, o concelho da Amadora devia proceder à instalação de mais câmaras? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

23. O sistema de videovigilância da Amadora foi instalado em 2017. Desde então, qual considera ser a tendência da taxa de criminalidade na Amadora? *

Marcar apenas uma oval.

- Crescente
 Decrescente
 Constante
 Não sei / Não respondo

24. Mudou algum dos seus comportamentos após a instalação das câmaras de videovigilância? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sei / Não respondo

25. Teve oportunidade de vivenciar uma experiência na qual a presença de câmaras de videovigilância pública foi relevante? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei / Não respondo

Secção sem título

Obrigado pela sua participação!
